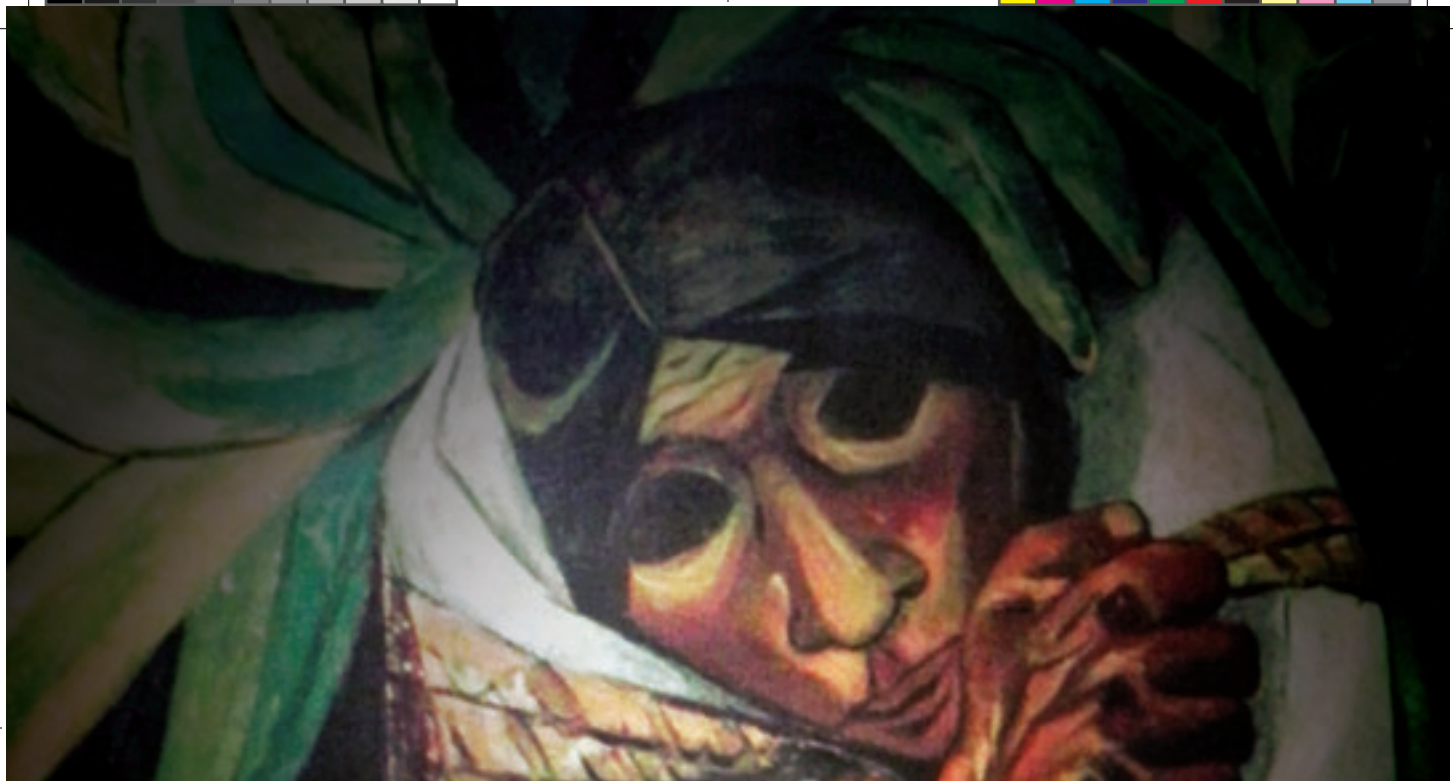




A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E OS TRABALHADORES





EXPEDIENTE

Gilda Almeida de Souza
Coordenadora Geral

Carlos Rogério de Carvalho Nunes
Coordenador Adjunto

Aldemir de Carvalho Caetano
Coordenadora de Formação

Kátia Gaivoto
Coordenadora de Comunicação

Rosana dos Santos Medina
Coordenadora de Estudos e Pesquisas

Juraci Moreira Souto
Coordenador de Projetos

Odilon Braga
Coordenador de Acervo e Patrimônio

Augusto Petta
Coordenador Técnico

Renato Soares Bastos
Responsável pela publicação

Projeto gráfico e diagramação:
Movimento Web a Artes Gráficas
movimentobr.com





Las imágenes de la cubierta, en la página 8, 10, 20, 28, 34, 40, 44, 54, 66, 74, 80, 86, 90 y 95 forman parte de la colección del artista ecuatoriano Oswaldo Guayasamín nació en Quito, Ecuador el 6 de julio de 1919. Egresado de la Escuela de Bellas Artes de la capital ecuatoriana, como pintor y escultor. Realizó su primera exposición cuando tenía 23 años, en 1942. Murió 10 de marzo 1999 a los 79 años.

A imagens da capa, página 8, 10, 20, 28, 34, 40, 44, 54, 66, 74, 80, 86, 90 e 95 fazem parte do acervo do artista equatoriano Oswaldo Guayasamín que nasceu em Quito, Equador, em 6 de julho de 1919. Se formou na Escola de Belas Artes de capital equatoriana como pintor e escultor. Realizou sua primeira exposição quando tinha 23 anos, em 1942. Faleceu em 10 de março de 1999 aos 79 anos.





A Integração Latino-Americana e os Trabalhadores





Canción por La Unidad Latinoamericana
Pablo Milanez

*O que brilha com luz própria, ninguém pode apagar.
Seu brilho pode alcançar a escuridão de outras costas
Que pagará este pesar do tempo que se perdeu
Das vidas que nos custou e das que nos podem custar
O pagará a unidade dos povos em questão
E a quem negar esta razão, a história condenará.*



SUMÁRIO

Apresentação
9

Introdução
11

Mercosul
(Mercado Comum do Sul)
21

Unasul
29

Alba – TCP
35

Celac
41

Outros organismos:
Comunidade Andina de Na-
ções
45

Caricon
46

CES
48





APRESENTAÇÃO



s perguntas mais simples podem gerar respostas demasiadamente complexas: por que integrar? Por que os nossos povos e governos têm a necessidade de se integrarem? Se encontrarmos os motivos racionais e justos para essa integração, outras perguntas se impõem: por que esse processo de integração é tão difícil de ser executado? Quais são os entraves e desafios a serem superados?

O texto a seguir é uma modesta contribuição aos trabalhadores e lutadores sociais da América Latina e Caribe e para que possamos juntos, num esforço coletivo, encontrar as respostas para essas indagações e, mais que isso, encontrar as bandeiras de lutas mais acertadas para que o processo de integração de nosso continente ocorra de maneira a beneficiar aos povos do nosso continente.

Preparamos um texto introdutório para balizar os debates sobre o processo de integração em curso e uma espécie de guia, ainda que resumido,

dos principais organismos que operam, em diferentes níveis, a atual tentativa de se integrar os países da chamada América Latina e Caribe, esse território que se inicia no México e vai até a Patagônia argentina, com sua imensa diversidade cultural, econômica, política, geográfica e ecológica. Uma porção do globo terrestre que reunida possui uma enorme potencialidade econômica por seus recursos naturais e humanos.

Esperamos que nosso esforço contribua para o entendimento do tema e para a luta da classe trabalhadora de Nossa América!

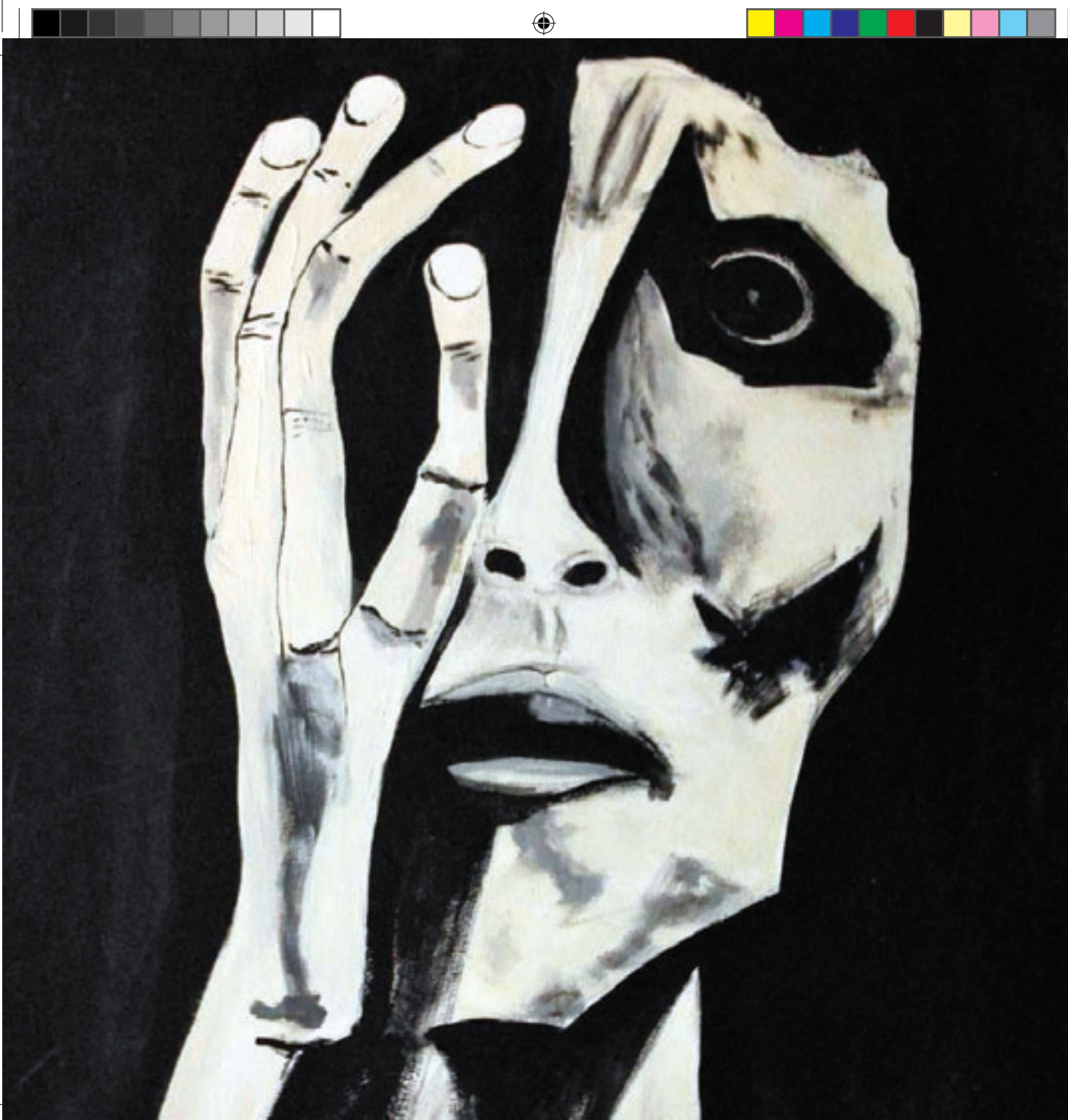
Um grande abraço,



Gilda Almeida

Coordenadora do Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho - Brasil





INTRODUÇÃO



O tema da integração da América Latina não é algo novo. É sabido que no decurso do processo de independência das colônias espanholas foi tentada a unificação dos povos que outrora estavam sob a dominação da coroa de Espanha. A iniciativa mais relevante foi levada a cabo por Simon Bolívar no Congresso Anfictiônico do Panamá de 1826. O malogro dessas tentativas, a fratura do território em diversos Estados-Nação e as disputas ocorridas ao longo do século XIX fizeram com que a ideia

de integração não obtivesse êxito e só voltasse com força em meados do século XX.

É com o pensamento Cepalino, ênfase no econômico, que se volta a pensar em uma ação conjunta desses países para superarem o estágio de subdesenvolvimento em que se encontravam, de incentivo a industrialização como saída para superar as desigualdades e romper o binômio centro/periferia. A CEPAL representou um esforço importante de interpretação, gerando políticas de desen-

CRONOLOGIA

De Bolívar à Celac: a construção histórica e política da integração continental solidária e soberana de latino-américa e caribe

O representante mais destacado das lutas pela independência, Simon Bolívar, conclama na "Carta de Jamaica" uma unificação das Repúblicas Latino-Americanas, fundamentada na identidade e na história de seus povos: "Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América, a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza, do que pela liberdade e glória".

18
15

18
26

Realiza-se no Panamá o "Congresso Anfictiônico", liderado por Simon Bolívar, onde se reúnem pela primeira vez países latino-americanos e caribenhos, e aprovam o "Tratado da União, da Liga e da Confederação Perpétua" (previa criação de uma confederação de países, uma liga de repúblicas com uma Assembleia Parlamentar Supranacional, um pacto de defesa comum, e acordos de integração comercial, entre outros).

18
90

Primeira "Conferência Pan-Americana", realizada em Washington e por iniciativa dos EUA para aumentar seu comércio com os demais países do continente americano, marca o início da hegemonia dos interesses imperialistas norte-americanos na doutrina do "pan-americanismo", deturpando em seu benefício os ideais pan-americanistas enunciados no Congresso de 1826.



19
48

Em abril é criada a OEA – Organização dos Estados Americanos, na IX "Conferência Pan-Americana", realizada em Bogotá (Colômbia). Refletindo a consolidação da estratégia imperialista dos EUA com seu "pan-americanismo continental" naquele período pós-guerra, o órgão nasce com adesão de todos os 35 países do continente, inclusive Cuba.

11

volvimento aplicadas por diversos governos que impactaram em uma alteração da composição dessas economias do continente. Como parte desse esforço de desenvolvimento autônomo, a fundação da ALALC em 1960 (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, e Uruguai) representou uma primeira tentativa moderna de integração entre os países da América Latina. Os regimes autoritários vão barrar essa via independente de desenvolvimento e acelerar a abertura da economia latino-americana ao capital estrangeiro.

Em momento posterior, e sob uma ótica estritamente comercial, os países realizam uma segunda tentativa ao transformar a ALALC em ALADI em 1980. O fracasso dessa vez ainda se dá pela falta de democracia no

continente e pelo início da ofensiva neoliberal, fazendo que esse instrumento de integração não produzisse impacto significativo para o processo de integração.

No decorrer dos anos 80 e 90 esse pensamento neoliberal conduziu a execução de políticas públicas desastrosas na quase totalidade dos países, gerando um processo de desnacionalização, desestatização, desregulamentação dos mercados e desproteção de direitos, que elevou o nível de desigualdade econômica e social no interior desses países e entre os mesmos, a depender da dose neoliberal aplicada. O auge desse processo foi quase a consubstanciação de uma integração pelo livre mercado imposta pelos EUA, a ALCA. Os movimentos sociais tiveram que resistir brava-

CRONOLOGIA

De Bolívar à Celac: a construção histórica e política da integração continental solidária e soberana de latino-america e caribe

Criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), por proposta do Chile e em decisão da Assembleia Geral da ONU. Nasce com 26 países membros, ante forte oposição dos EUA, contrário à criação de um organismo específico para a América Latina dentro da estrutura do organismo mundial, por temer perda de influência sobre a região e querer restringi-la sob sua hegemonia na OEA (recém-criada e alinhada com seus interesses imperialistas).



18
48

19
59

Em janeiro triunfa a Revolução Cubana! Povo cubano, liderado por Fidel Castro, derruba governo tirano, violento e corrupto de Fulgêncio Batista, condutor dos interesses dos EUA e exploração de suas empresas multinacionais em Cuba, despertando grande simpatia e apoio nos povos do mundo todo, e mais particularmente nos povos da América Latina.

Criado o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, organização financeira internacional com sede na cidade de Washington, E.U.A, com o propósito de financiar projetos “viáveis” de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe. Um instrumento financeiro de dominação regional dos EUA, que detém o maior poder de voto no órgão.

19
60

Criado o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, organização financeira internacional com sede na cidade de Washington, E.U.A, com o propósito de financiar projetos “viáveis” de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe. Um instrumento financeiro de dominação regional dos EUA, que detém o maior poder de voto no órgão.

mente, levantando a bandeira anti-imperialista e da preservação e/ou conquista de direitos, logrando êxito com o enterro da proposta Norte-Americana, em 2004, após a mudança do cenário político proporcionada pelas eleições dos chamados governos progressistas.

O desgaste do neoliberalismo somado a luta dos movimentos sociais e partidos políticos progressistas permitiu a partir da eleição de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, a chegada aos governos de inúmeras figuras de esquerda e centro-esquerda na maior parte dos países do continente. A onda progressista atingiu a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Se acrescentarmos a lista

Cuba, e sua experiência longa de revolução, tivemos um rol de países que constituíram uma linha de resistência e alternativa a hegemonia das potências capitalistas, em especial os EUA, e do pensamento dominante neoliberal.

É bem verdade que nesse período experimentamos alguns revezes: os Golpes de Estado contra o presidente Fernando Lugo do Paraguai e Manuel Zelaya de Honduras, além do interregno, via eleitoral, de Sebastián Piñera no Chile. Com a vitória de Michelle Bachelet o país volta a gravitar em torno dos progressistas, apesar de todas as dificuldades impostas pelos tratados bilaterais já assinados para que o Chile participe efetivamente da integração econômica através dos blocos já existentes.

CRONOLOGIA

De Bolívar à Celac: a construção histórica e política da integração continental solidária e soberana de latino-américa e caribe

Criado o MCCA - Mercado Comum Centro-Americano, formado por Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador. Com objetivo de criar um mercado comum na centro-américa, previu também um Parlamento Centro-Americano (Parlacen) e uma Corte Centro-Americana de Justiça.

1960

1961

Em reação ao ascenso das lutas dos movimentos sociais e democráticos despertados pelas possibilidades abertas com a Revolução Cubana, os EUA lançam o programa "Aliança para o Progresso" e cria o USAID, um órgão de "ajuda às populações civis".

1962

Cuba é "suspensa" da OEA em 31 de janeiro, após o governo revolucionário declarar o caráter socialista da Revolução Cubana. Na prática tratou-se de excluir daquele órgão o país que não mais se subordinava ao sistema econômico capitalista nem à estratégia militar dos EUA. A decisão foi adotada na 8ª Assembleia da OEA, em Punta del Este, Uruguai, mas não foi unânime, sinalizando que a influência dos EUA sobre os governos naquele órgão, embora majoritária, não era mais tão certa.

1969

"Tratado de Cartagena" cria o Pacto Andino (com Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), dada a insatisfação de países membros da ALALC, vista como muito restrita ao âmbito comercial e com resultados bastante desequilibrados entre seus membros.



Também é fato que essas experiências se desenvolveram em diferentes graus de contestação ao status quo, mas de um modo geral podemos equacioná-las como experiências que objetivaram um retorno ao fortalecimento do Estado, a consecução de uma agenda desenvolvimentista, marcada fortemente pela pauta social, e pela politização das relações regionais. Esses três distintivos possibilitaram uma reestruturação desses Estados e um retorno ao tema da Integração, não como mero instrumento de elevação das trocas comerciais, mas como mecanismo de diminuição das assimetrias na região, das desigualdades sociais e, inevitavelmente, como meio de melhor posicionar esses países no jogo internacional, de uma ordem, agora, multipolar.

É diante deste quadro que temos que compreender os organismos para a integração regional. E compreender também que MERCOSUL, CAN, UNASUL, CELAC e ALBA têm especificidades diferentes.

O MERCOSUL é a experiência mais antiga em curso e vem sendo dotado, em que pese as dificuldades, de instrumentos para que sirva não só à integração comercial, mas também à integração social dessas nações. A recente incorporação da Venezuela e a proximidade da adesão plena da Bolívia dão ao MERCOSUL fôlego e vitalidade para ser o instrumento mais pleno e eficaz de integração da América do Sul. O seu correspondente andino, a CAN, ainda segue preso a uma agenda neoliberal de integração, ou seja, focada no comércio, e por isso, perde força.

CRONOLOGIA

De Bolívar à Celac: a construção histórica e política da integração continental solidária e soberana de latino-américa e caribe

1973 Criado o CARICOM – Comunidade do Caribe, formado por 15 países membros e 5 territórios associados, deriva do Mercado Comum Centro-Americano e visa promover o livre comércio, o livre movimento do trabalho e do capital; coordenar a agricultura, a indústria e política externa entre os seus países membros.

1973

1980

É criada a ALADI – Associação Latino-Americana de Integração, com propostas mais flexíveis de integração, menos ênfase nas metas de desenvolvimento e sem a intenção integradora da ALALC, constitui-se apenas como uma representação burocrática.



1983

1983 Criado o Grupo de Contadora, por México, Panamá, Colômbia e Venezuela como reação à retomada da política intervencionista norte-americana na América Central, efetivada com a invasão imperialista de Granada em 1983, ordenada por Ronald Reagan. Com suas redemocratizações, Argentina, Brasil, Peru e Uruguai criam o Grupo de Apoio à Contadora.

1985

Surge o MERCOSUL. No contexto de limitações da ALADI, de redemocratização em vários países do continente, e em meio às pressões de ajustes econômicos, Brasil e Argentina iniciam e promovem o Mercado Comum do Sul como forma de viabilizar interesses e visão estratégica comum, ampliar seus mercados e intensificar o comércio, por meio de acordos bilaterais.

A UNASUL não nasce com o objetivo prioritário da integração econômica, e sim, como uma organização eminentemente política. Disto decorre que a entidade consegue envolver todos os países da América do Sul e se tornou um espaço estratégico de debate e articulação política com a finalidade de defender os interesses do subcontinente, sendo o Conselho de Defesa um ótimo exemplo. A pauta econômica está presente, mas sob outro enfoque, como a constituição de um fundo de reserva para proteção dessas economias e a formação de um Banco de Investimento para impulsionar os projetos da região. No longo prazo ela pode se transformar em uma organização de integração política e econômica ao fazer convergir, se obter o devido êxito, o MERCOSUL e a CAN.

O elemento mais novo deste processo é a CELAC, que se apresenta como um guarda-chuva político que tem o mérito de incorporar todos os países da América Latina e Caribe, deixando de fora a grande potência do continente, os EUA, e seu aliado incondicional, o Canadá. Esse verdadeiro fórum de concertação política é de extrema importância para alinhar os países latino-americanos. Por sua vez, A ALBA-TCP tem condicionantes diferentes dos demais organismos. Nasce da luta contra a ALCA, ela se torna um instrumento de integração solidária entre os países em que a pauta comercial tradicional não aparece como prioridade. É uma experiência rica que deve ser aproveitada pelos outros instrumentos. Com a adesão de dois de seus principais incentivadores ao

CRONOLOGIA

De Bolívar à Celac: a construção histórica e política da integração continental solidária e soberana de latino-américa e caribe

"Consenso de Washington", conferência patrocinada pelo governo e institutos de pesquisas norte-americanas, somados ao FMI e Banco Mundial, elaboram receituário neoliberal para os países da América Latina e coordenaram suas ações para a região, a pretexto de inseri-la na modernidade do mercado internacional "globalizado".

19
86

Criado o Grupo dos Oito (que em 1990 passará a denominar-se "Grupo do Rio"), ou "Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe", por meio da "Declaração do Rio de Janeiro", assinada por Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela. Constituído por chefes de Estado ou de Governo latino-americanos e caribenhos, o "Grupo do Rio" surge da junção do "Grupo de Contadora" e do "Grupo de Apoio a Contadora" e passa a ter papel importante na consolidação das redemocratizações, políticas de direitos humanos e no restabelecimento da paz nas Américas Central.

George Bush (pai) aproveita contexto de alinhamento das Américas ao modelo neoliberal e lança a "Iniciativa para as Américas", que propunha uma zona de livre comércio abrangendo todos os países do continente americano, a ALCA, sob liderança dos EUA e excluindo Cuba.

19
90

Realiza-se o Iº Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe, o FORO SÃO PAULO, que reúne os partidos e organizações de esquerda e progressistas da América Latina e do Caribe. Em seu documento final rechaça a "Iniciativa para as Américas" e anuncia as bases para um "novo conceito de unidade e integração continental" para os povos latino-americanos e caribenhos.

15

MERCOSUL e a UNASUL, Venezuela e Bolívia, pode ocorrer que a ALBA-TCP perca força em detrimento desses outros organismos. A sua força reside na relação destes dois países com Cuba e o Caribe.

Uma possível chave de entendimento desses organismos e suas especificidades são possíveis “velocidades” rumo à integração política, econômica e social do continente. Estas “velocidades” respeitam as condições concretas em que ocorre o atual processo: condicionantes internas e externas e as intencionalidades dos atores principais (governos).

Externamente a região tem que lidar com a presença de importantes atores globais: a) os EUA que querem manter o continente sob o seu domínio e influência, e para tanto, patrocina-

nam golpes, desestabilizam governos, incentivam oposições, mantêm bases militares e formalizam acordos bilaterais de comércio como forma de desidratar o processo de integração em curso. O chamado “Arco do Pacífico” se insere nessa tentativa norte-americana de minar o atual processo; b) A União Europeia também tem interesses na região, mas dada a dimensão de sua crise econômica tem se comportado de maneira discreta; e c) A presença Chinesa é outro fator importante. Por ora, o capital Chinês tem servido aos interesses mais avançados da integração e se tornado um aliado interessante. Internamente, esses governos contam com oposições com maior ou menor força e radicalidade, além de um grande passivo social e econômico deixado pelas

CRONOLOGIA

De Bolívar à Celac: a construção histórica e política da integração continental solidária e soberana de latino-américa e caribe

Realiza-se o Iº Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe, o FORO SÃO PAULO, que reúne os partidos e organizações de esquerda e progressistas da América Latina e do Caribe. Em seu documento final rechaça a “Iniciativa para as Américas” e anuncia as bases para um “novo conceito de unidade e integração continental” para os povos latino-americanos e caribenhos.

19
91

19
93

É criada a NAFTA – Zona de Livre Comércio da América do Norte, acordo de livre comércio com a economia dos EUA como centro em torno da qual giram a economia do México e do Canadá.



19
94

Bill Clinton promove em Miami a Cúpula Presidencial das Américas, que reuniu os 34 chefes de Estado das Américas e excluiu Cuba, onde aprovam cronograma de negociações multilaterais para estabelecimento da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, até 2005, privilegiando a pauta de interesses dos EUA.

19
96

Pacto Andino passa a denominar-se CAN – Comunidade Andina de Nações, com Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.



décadas neoliberais que ainda está por ser superado.

Sobre a intencionalidade desses atores, os governos progressistas, tem-se um gradiente político que vai dos mais moderados aos processos mais avançados e radicalizados. Brasil e Venezuela representariam esses polos opostos do sistema. Esses dois países são peças importantes do quebra-cabeça da integração.

O que ocorre na Venezuela é um processo revolucionário. Os feitos da Revolução Bolivariana são conhecidos e as posições assumidas a partir de Miraflores pendem o processo de integração para a esquerda. Não é à toa que os governos de Chávez sofreram uma dura investida e, agora, o de Maduro sofre, por parte dos EUA e da elite Venezuelana, que tem eco nas demais elites do continente. Pelo peso econômico e político, a manutenção do Bolivarianismo é de vital importância para o processo, sua derrota seria um retrocesso desastroso para polo progressista.

No caso do Brasil, o modelo moderado desenvolvido pelo bloco governista caminha pari passo com uma tensão interna na diplomacia brasileira: ou a ênfase no processo de Integração da América Latina, ou a

ênfase num caminho brasileiro de se constituir como global player, dando assim, mas atenção nas suas relações com os emergentes, em especial os chamados BRICS, do que ao fortalecimento e aceleração do processo interno ao continente. Observem que não aponto essas vias como necessariamente excludentes, mas uma ênfase elevada na via particular do Brasil pode dar morosidade ao processo de integração em curso.

À parte esses condicionantes externos e internos e das intencionalidades, esses organismos de integração padecem de moléstias próprias. A primeira delas é que esses organismos são intergovernamentais e não supranacionais. Ou seja, a maioria das decisões tomadas nesses órgãos não tem uma aplicação direta, precisam ser referendadas pelos respectivos Estados Nacionais. Isto significa que os objetivos apresentados e demandados, principalmente em termos sociais, apresentam-se maximizados em termos de conteúdo; e a aplicação por essas instituições resulta minimalista na prática.

Outro ponto é a carência de democracia/participação nesses organismos. Com maior ou menor intensidade esses organismos são pouco





afeitos a participação da sociedade civil, em especial, as entidades dos trabalhadores e os movimentos sociais. A esse déficit de democracia se acresce um déficit de transparência nos trâmites internos. Esses fatores dificultam a intervenção da outra parte interessada na integração, para além dos governos e das empresas.

Conscientes desses entraves e condicionantes, podemos pensar as possibilidades de intervenção do movimento social, em especial, do movimento sindical no processo em curso. Um passo importante é o movimento dos trabalhadores se apropriar cada vez mais do entendimento sobre os organismos vigentes, se capacitando para um nível de intervenção cada vez mais qualificado. Outra decisão importante é a articulação entre os trabalhadores do continente.

Nesse sentido o Encontro Sindical Nossa América (ESNA) cumpre uma função importante por ser um espaço de unidade de ação da classe trabalhadora em torno de uma plataforma comum antineoliberal e anti-imperialista, tendo por objetivo elevar o protagonismo dos trabalhadores nas lutas políticas em curso no nosso continente. Importância também tem o trabalho desenvolvido na área de

formação, investigação e assistência técnica na região, além de campanhas de conteúdo de solidário.

Caberia a esses trabalhadores organizados e articulados desenvolverem, no que tange ao processo de integração, um programa de intervenção em três frentes. A primeira refere-se às questões mais gerais do desenvolvimento econômico e a estabilidade política. Temas como o fortalecimento da democracia, manutenção da paz, continuidade da recuperação do papel desses Estados-Nação, manutenção e aceleração da agenda de desenvolvimento, combate às assimetrias regionais e às desigualdades sociais, criação de instrumentos como um Banco de Desenvolvimento e um Fundo para a estabilidade regional, investimentos em infraestrutura, entre outras pautas, devem estar na pre-ocupação dos trabalhadores.

Uma segunda frente refere-se ao impacto de todas essas medidas na estrutura produtiva, na geração de empregos e sobre os direitos trabalhistas. Espera-se que um processo de integração pensado estrategicamente e direcionado para o desenvolvimento do continente gere renda e postos de trabalho formais na região, equacionando a questão da terra, dando um



novo salto na industrialização, baseada em bens de capital e de alto valor agregado – com parques produtivos complementares, e redimensione o setor de serviços. O aproveitamento das vantagens de cada porção de território de ser levado em conta para que possamos ver as assimetrias eliminadas e que o nosso continente obtenha, de fato, soberania frente às demais potências. Por óbvio, espera-se também que esses trabalhadores, a cada passo da integração tenham a legislação trabalhista unificada pelo alto, ou seja, pela maior cobertura de direitos, e que possam obter o livre trânsito no continente.

Por fim, a terceira frente deve ser a democratização dos instrumentos de integração. Esses organismos devem

se abrir para a participação da Sociedade Civil, incorporando trabalhadores e demais movimentos sociais como atores efetivos na condução do processo. Precisa-se que se tenham reconhecidas e estruturadas as Cúpulas Sociais, os Fóruns e Conselhos internos de cada órgão e que a sociedade participe mais dos Grupos de Trabalho de cada organismo.

A integração da América Latina é um desafio! Somos chamados a atuar nesse processo e completar a obra iniciada há mais de 200 anos por homens como Simon Bolívar e José Martí. Queremos uma América Latina unida, desenvolvida e soberana. Esperamos que os indicativos nas páginas seguintes sobre os organismos para a Integração possam jogar luz na atuação dos trabalhadores.

CRONOLOGIA

De Bolívar à Celac: a construção histórica e política da integração continental solidária e soberana de latino-américa e caribe

Consenso de Buenos Aires, firmado pelos presidentes Lula e Néstor Kirchner, relança o MERCOSUL, abrindo à participação de mais países do continente e reorientando-o para além da integração comercial, incluindo, entre outras, a promoção de políticas sociais.

20
03

20
04

Criada a CSN – Comunidade Sul-Americana das Nações, na 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul, com a Declaração de Cuzco, no Peru. Configura uma união intergovernamental que integra as duas uniões aduaneiras existentes na região: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN), como parte do contínuo processo de integração sul-americana.

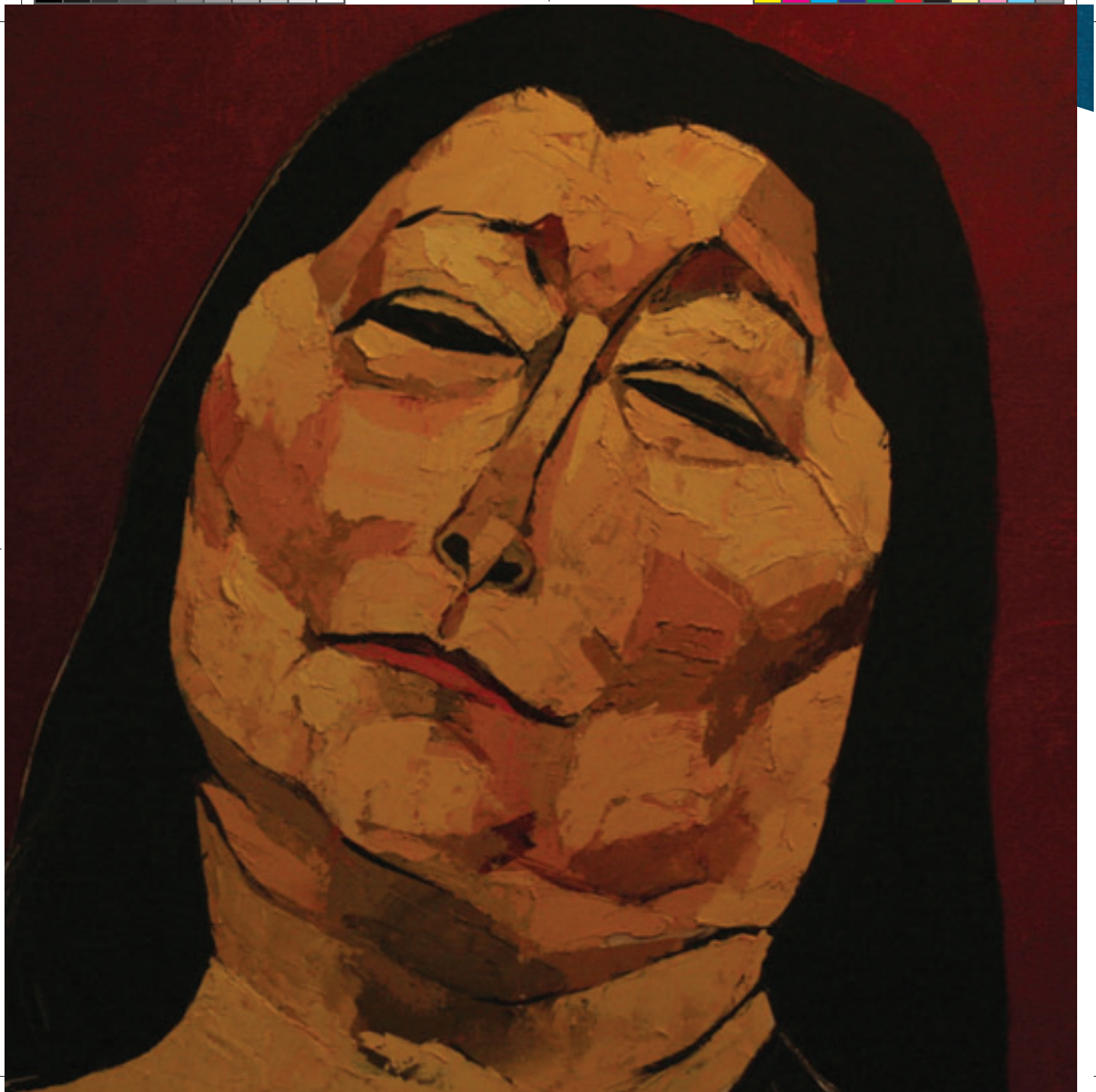
Criada a ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, em Havana (Cuba).



20
05

Em novembro, derrotada a proposta neocolonialista da ALCA, na 4ª Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata (Argentina).





MERCOSUL

(Mercado Comum do Sul)



DADOS GERAIS

Fundação: Tratado de Assunção - 1991

Países: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela

Área Total: 13 771 174 km²

População: 276 805 000 hab.

Língua oficial: Espanhol, Português e Guaraní

HISTÓRICO

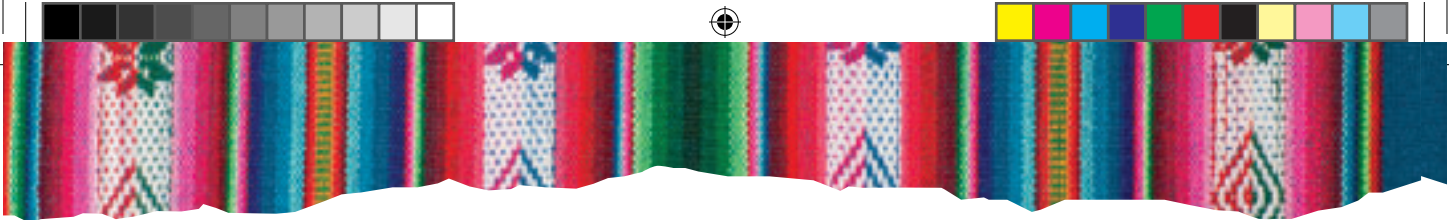
Em 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção com o objetivo de constituir um Mercado Comum, denominado MERCOSUL, que tinha sido impulsionado pela assinatura entre a Argentina e o Brasil da Declaração de Iguazu no ano de 1985, que estabelecia a cooperação econômica entre os dois países.

Com as adesões do Paraguai e do Uruguai, se forma o MERCOSUL tendo por objetivo consolidar a integração

política, econômica e social entre os países que o integram, fortalecer os vínculos entre os cidadãos dos países membros, a fim de melhorar sua qualidade de vida, incorporando em seu âmbito o setor produtivo para melhorar sua competitividade em nível regional e internacional.

A existência de um Mercado Comum implica a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o estabelecimento de uma tarifa externa comum, a adoção de uma política comercial comum, a coordenação de





políticas macroeconômicas e setoriais e a harmonização de legislações nacionais para alcançar o fortalecimento do processo de integração.



A livre circulação de bens, prevista no Tratado de Assunção, significa que as mercadorias transportadas de um país membro para outro são isentas do pagamento de taxas de importação. Além disso, conformou-se uma União Aduaneira, o que significa que se acordaram políticas comerciais comuns e uma Tarifa Externa Comum que se aplica aos bens que ingressam no mercado ampliado provenientes de terceiros países. A Tarifa Externa Comum está conformada pelos direitos de importação aplicáveis às mercadorias, que variam de zero a vinte por cento. Em termos gerais, todo produto extra-zona paga a mesma tarifa ao ingressar por qualquer dos quatro Estados Partes, existindo isenções temporárias para determinado grupo de produtos.



Com o objetivo de fortalecer as relações com os países da América Latina, o MERCOSUL assinou acordos com a Bolívia (1996), o Chile (1996), o Peru (2003), a Colômbia (2004), o Equador

(2004) e com a Venezuela (2004), que passaram a ser considerados Estados Associados. Avançando-se nas negociações, tivemos a adesão da Venezuela como Estado pleno neste ano de 2012 e está muito próxima à adesão da Bolívia, e quicá a do Equador.

Ademais, o MERCOSUL assinou na região acordos com o México com o objetivo de alcançar uma zona de livre comércio, e com a República de Cuba, um acordo de preferências tarifárias para um grupo de produtos. Fora da região latino-americana, o MERCOSUL negociou acordos com terceiros países e com grupos de países, entre os quais cabe ressaltar aqueles já concluídos, com a Índia, com Israel e com a SACU (União Aduaneira da África Austral). Há outras negociações ou conversações preliminares em andamento entre o MERCOSUL e os seguintes blocos de países: União Europeia, SICA, CARICOM, CER, Conselho de Cooperação de países do Golfo, ASEAN, Canadá, Coreia, Egito, Japão, Jordânia, Marrocos, Federação Russa, Cingapura, Turquia, Palestina e Paquistão, com o objetivo de ampliar seu relacionamento político, econômico comercial e de cooperação.

Para o cumprimento de seus objetivos, o MERCOSUL conta com órgãos

integrados por representantes dos Estados Partes, em cujo âmbito são elaboradas as propostas e a normativa necessária para o funcionamento do processo de integração, incluindo disposições em matéria política, econômica e social.

Nos últimos anos o MERCOSUL tem passado por um fortalecimento institucional. No âmbito político, foram aprovadas em 2005 as bases para instaurar o Parlamento do MERCOSUL, representativo dos cidadãos do MERCOSUL. O Parlamento desempenha um papel importante na garantia da participação de cidadãos e partidos políticos no processo de integração, impulsionando o desenvolvimento sustentável da região com justiça social, observância da democracia e res-

peito à diversidade cultural de seus povos,

Com a finalidade de atender à situação das economias menores e das regiões menos desenvolvidas, o MERCOSUL conformou o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), integrado por contribuições financeiras não-reembolsáveis efetuadas pelos Estados Partes. Através deste Fundo, financiam-se importantes obras de infraestrutura, programas para atender aspectos sociais e melhorar a competitividade e produtividade das empresas do MERCOSUL. Foram adotadas também diversas iniciativas relativas à integração produtiva.

No âmbito social, o MERCOSUL ampliou suas atividades criando o

CRONOLOGIA

De Bolívar à Celac: a construção histórica e política da integração continental solidária e soberana de latino-américa e caribe

Realiza-se a 1ª CALC – Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, na Costa do Saupe (Bahia) no Brasil, com a presença dos chefes de Estado latino-americanos e Caribenhos, inclusive Cuba.

20
07

20
08

Em abril governo dos EUA anuncia reativação das operações da 4ª frota (U.S. 4th Fleet), uma divisão da Marinha daquele país, criada em 1943, responsável por operações no Atlântico Sul, incluindo as águas que cercam Caribe, América Central e América do Sul. Conta com frota de navios, hidro-aviões, aeronaves embarcadas e cerca de 15 000 soldados, cuja base situa-se na Flórida (costa atlântica dos EUA). Entre 1950 e 2008 a 4ª frota esteve absorvida na 2ª frota.

A CSN foi renomeada para UNASUL – União das Nações Sul Americanas (ou UNASUR, em espanhol), na 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul, em Isla Margarita, Venezuela, por aprovação de todos os Estados-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Conta também com México e Panamá como observadores.

Em maio é aprovado o Tratado UNASUL, constitutivo da UNASUL – União de Nações Sul-Americanas, em Brasília (Brasil), durante a 3ª Cúpula dos 12 chefes e chefes de Estado e de Governo da América do Sul, para entrar em vigor em 2011. Na mesma cúpula denuncia-se ao mundo as intenções imperialistas e agressivas dos EUA com a reativação da 4ª Frota.

23



PRINCIPAIS TEXTOS NORMATIVOS

- 1991** – Tratado de Assunção: Constituição do MERCOSUL;
- 1994** – Protocolo de Ouro Preto: Define a Estrutura Institucional do MERCOSUL;
- 1998** – Protocolo de Ushuaia: Sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile;
- 2002** – Protocolo de Olivos: Solução de Controvérsias no MERCOSUL;
- 2004** – Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL: Criação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL;
- 2005** – Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL: Criação do Parlamento do MERCOSUL;
- 2006** – Protocolo de Adesão da Venezuela: Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL;
- 2010** – Cúpula de Foz do Iguaçu: Criação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, do Programa Estratégico de Ação Social (PEAS) e Unidade de Apoio à Participação Social (UPS);
- 2011** – Protocolo de Montevideu: Sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL (Ushuaia II);

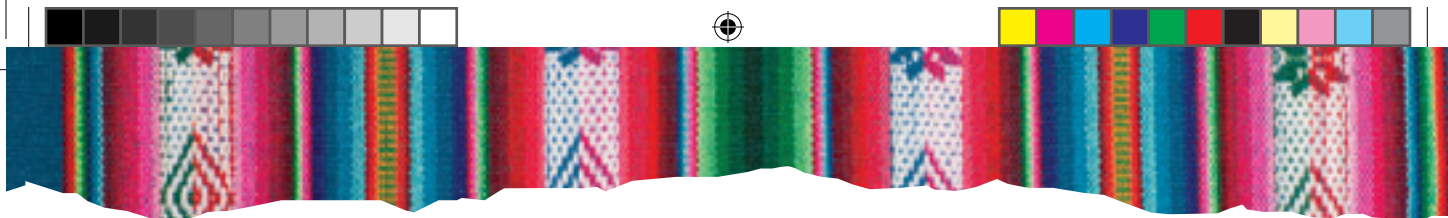
24



Instituto Social do MERCOSUL, com sede em Assunção, e o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, com sede em Buenos Aires. Além disso, em 2010 foram dados passos importantes na área social com a criação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL e o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), em que pese que a falta financiamento e vontade política para que as metas de ambos os documentos sejam atingidas.

OBJETIVOS DO MERCOSUL

- A)** “A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
- B)** o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;
- C)** a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais



entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes;

- D)** o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.”

FUNCIONAMENTO

A estrutura de funcionamento do MERCOSUL é bastante complexa e está destruída em várias instâncias do órgão, que tem a seguinte hierarquia:

Conselho do Mercado Comum: é a instância máxima de deliberação e direção. A ele estão vinculados as Reuniões de Ministros, Grupos Especiais [Alto Nível], a Comissão de Representantes Permanentes, o Alto Representante Geral, a Comissão de Coordenação de Ministros da Área Social, o Fórum de Consulta de Concertação Política, a Reunião de Altas Autoridades na Área de Direitos Humanos e seu Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, e por fim, o Instituto Social do MERCOSUL;

Grupo Mercado Comum: é a instância mais operativa do bloco, de suma importância. A ela estão vinculados os Subgrupos de Trabalho [incluindo-se o SGTN°10 – Assuntos Trabalhistas, emprego e Seguridade

CRONOLOGIA

De Bolívar à Celac: a construção histórica e política da integração continental solidária e soberana de latino-américa e caribe

Realiza-se a 2ª CALC, em Cancún, no México, onde chefes e chefas de Estado latino-americanos e caribenhos, inclusive Cuba, firmam a Declaração de Cancun, que anuncia a decisão de criar a Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe, a CELAC.

20
10

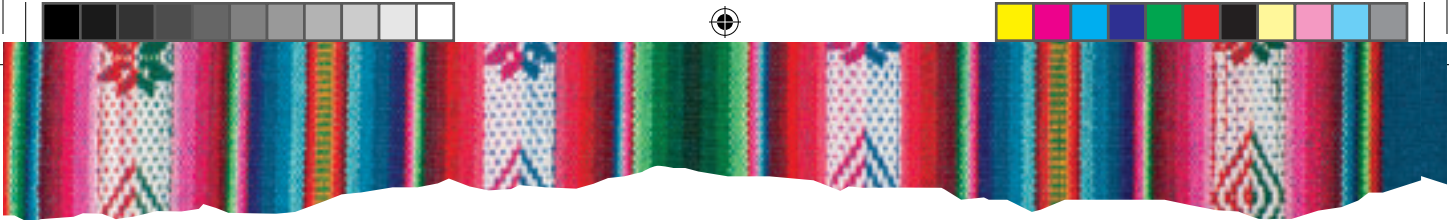


20
11



Com 33 países latino-americanos e caribenhos, inclusive Cuba, sem os EUA e o Canadá, a CELAC passa a assumir o patrimônio histórico do Grupo do Rio (concertação política) e da CALC (metas de desenvolvimento e integração). A Declaração de Caracas destaca a importância do novo organismo sem a tutela do imperialismo estadunidense e a visão comum baseada na solidariedade.

25



social], As Reuniões Especializadas, os Grupos Ad Hoc, o Instituto MERCOSUL de formação, o Observatório da Democracia, O Observatório do Mercado de Trabalho, o Fórum de Estados e Municípios, Grupos Especiais, A Comissão Sócio-Laboral, Comitês e a Reunião Técnica de Incorporação da Normativa;

Comissão de Comércio: uma instância mais técnica. É composta pelos Comitês Técnicos;

Parlamento do MERCOSUL: ainda pouco efetivo, somente o Paraguai realizou eleições diretas dos parlamentares. No Brasil as eleições diretas estão previstas para 2014;

Fórum Econômico-Social: seria a instância para diálogo com a sociedade civil e interferência da mesma, contudo essa instância tem pouca consistência institucional e suas recomendações não são acatadas pelo Grupo Mercado Comum;

Secretaria do MERCOSUL: tem a responsabilidade de realizar o funcionamento do órgão;

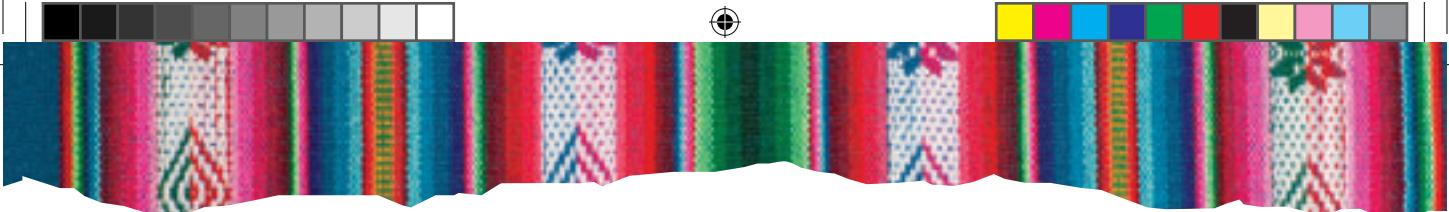
Além dos citados acima, temos também na estrutura do MERCOSUL o **Tribunal Permanente de Revisão**, o **Tribunal Administrativo-Laboral** e o **Centro de Promoção do Estado de Direito**;

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS

Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) – o Fundo é o resultado de contribuições financeiras efetuadas pelos Estados Partes que totalizam 100 milhões de dólares anuais, em proporções de acordo com o PIB dos Países, para se financiar importantes obras de infra-estrutura, programas para atender aspectos sociais e melhorar a competitividade e produtividade das empresas do MERCOSUL em cada País ou integrando mais de um País, de acordo com a proporção inversa do aporte inicial feito por cada Estado Parte. Desde sua entrada em funcionamento no ano 2007, foram aprovados 32 projetos por um montante de 984 milhões de dólares, dos quais 734 milhões correspondem a recursos do próprio Fundo e o restante, a contrapartidas nacionais. No âmbito deste Fundo, os países desenvolvem um Programa (PAMA) para que o MERCOSUL possa se consolidar como uma zona livre de febre aftosa, esforço conjunto no qual foi incluída a Bolívia.

Estatuto da Cidadania do MERCOSUL – entendendo-se como necessário a consolidação de um conjunto de direitos fundamentais e benefícios em favor dos nacionais dos Estados Partes e a conformação uma identidade *mercosulina*, estabeleceu-se em 2010 na





Cúpula de Foz do Iguaçu, que de forma progressiva até o ano de 2021 (trigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Assunção), a implementação de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL que tem como objetivos centrais a implementação de uma política de livre circulação de pessoas na região, igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos Estados Partes e a igualdade de condições para o acesso ao trabalho, saúde e educação. Estes objetivos estão distribuídos em 11 eixos: circulação de pessoas, fronteiras, identificação, documentação e cooperação consular, trabalho e emprego, previdência social, educação, transporte, comunicações, defesa do consumidor e direitos políticos.

Plano de Estratégico de Ação Social (PEAS) – o plano aprovado em 2010 na Cúpula de Foz do Iguaçu, refletindo um avanço para a incorporação de temas sociais na prática do bloco, tem como objetivo a implementação de políticas sociais no sentido de diminuir as desigualdades sociais, reduzir a pobreza e avançar na consolidação de direitos fundamentais. Constituído em 10 eixos que englobam o combate a pobreza e a fome, direitos humanos, educação, cultura, saúde, trabalho, previdência, sustentabilidade am-

biental, participação social e financiamento de políticas sociais.

Declaração Sociolaboral (DSL) --é um documento, aprovada em 1998, de compromisso para promover os padrões dos direitos e relações trabalhistas. A aplicação da DSL é seguida pela Comissão Sociolaboral que é constituída de maneira tripartite.



ACORDO DE RECONHECIMENTO DE RESIDÊNCIAS

Em 2010 entrou em vigência o Acordo de Reconhecimento de Residências envolvendo os países do Mercosul, Bolívia e Chile, Paraguay e Uruguay. Esse acordo facilita e simplifica enormemente os tramites para que as pessoas residentes nesses países possam ir morar e trabalhar em qualquer deles com um visto temporário que é válido por dois anos. Depois desse prazo pode-se solicitar o visto de residência permanente.

ACORDO MULTILATERAL DE SEGURIDADE SOCIAL

Entrou em vigência em 2005 entrou em vigor – contagem de tempo para aposentadoria daqueles que trabalharem em mais de um país do Mercosul





UNASUL (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS)



DADOS GERAIS

Fundação: 23 de maio de 2008, na 3ª Cúpula de Chefes de Estado, realizada em Brasília

Países: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Guiana e Suriname. Membros Observadores: Panamá e México

Área Total: 17 715 335 km²

População: 366 669 975 hab.

Língua oficial: Espanhol, Português, Holandês e Inglês

HISTÓRICO

A União de Nações Sul-Americanas integra as duas uniões aduaneiras existentes na região, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina de Nações (CAN), além de outros países, como parte de um contínuo processo de integração sul-americana. Designada inicialmente por Comunidade Sul-Americana de Nações, órgão criado em 2004 pela Declaração de Cuzco, que tinha como objetivos: a concertação e coordena-

ção política e diplomática, o aprofundamento da convergência entre o MERCOSUL, a CAN e o Chile aperfeiçoando a zona de livre comércio, a integração física, energética, integração das comunidades, a harmonização de políticas vinculadas com o desenvolvimento rural e agroalimentar, a transferência tecnológica e a integração entre empresas e sociedade civil.

Mais intimamente à formação da UNASUL, encontram-se a Cúpula Sul-Americana, conferência diplomática





entre os doze presidentes do subcontinente, e a Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana (IIRSA), programa de integração física do subcontinente. O novo bloco pode ser entendido como um “guarda-chuva” para o processo de integração latino-americana, um espaço de debate político e de convergência político-diplomática dos países Sul-Americanos. Um fórum que contribui para defender e levar adiante posições comuns da América do Sul. A conjuntura atual demonstra a importância geoestratégica do fortalecimento do espaço Sul-Americano.

cujas negociações se encontram estagnadas. Da mesma forma, o novo bloco teria mais poder nas negociações da Organização Mundial do Comércio e criará um elemento positivo para o desenvolvimento, pois a região possui um enorme potencial de crescimento, ao contrário de polos que já atingiram certo nível de saturação. Particularmente, chama atenção o volume de recursos naturais existentes.

FUNCIONAMENTO

A UNASUL é constituída pelos seguintes órgãos:

- A)** Conselho de Chefes de Estado e de Governo
- B)** Presidência *pro tempore*
- C)** Secretaria Geral da União de Nações Sul-Americanas
- D)** Conselho de Ministros de Relações Exteriores
- E)** Conselho de Delegados
- F)** Parlamento Sul-Americano
- G)** Banco do Sul

AÇÕES E MECANISMOS

Conselho de Economia e Finanças

O Conselho de Economia e Finanças da Unasul foi instituído em 12



O ex-presidente argentino Néstor Kirchner foi eleito, por unanimidade, o primeiro Secretário-geral da Unasul, para um mandato de dois anos, fornecendo à Unasul uma liderança política definida no cenário internacional.

A integração sul-americana possibilitará a criação de um forte mercado regional, que destacará as economias da área, como também reforçará o interesse de outros parceiros, como a União Europeia e a Ásia Oriental. Além disso, uma união desse tipo faz frente a uma integração tipo ALCA,





de agosto de 2011, em Buenos Aires. Entre suas ações, o Conselho vai estudar medidas para reforçar o comércio regional em moedas locais, sem o uso do dólar, grupos técnicos dos países vão trabalhar no desenvolvimento e fortalecimento de Bancos de Desenvolvimento, como a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Banco do Sul, a ser criado, além de revisar o Fundo Latino-americano de Reservas (FLAR), visando a sua ampliação, de modo a dar maior capacidade de intervenção aos governos dos países, em caso de ataques especulativos contra as moedas ou dívidas soberanas.

Conselho de Defesa Sul-Americano

A criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano foi proposta pelo Brasil e discutida pela primeira vez em uma reunião de cúpula dos presidentes sul-americanos em abril de 2008. Cabe ao Conselho de Defesa a elaboração de políticas de defesa conjunta, promoção do intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de exercícios militares conjuntos, participação em operações de paz das Nações Unidas, promover a troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa e a inte-

gração de bases industriais de material bélico.

Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano (CEED-CDS)

Instância de produção de estudos estratégicos para assessoramento do conselho de Defesa Sul-Americano, gerando conhecimento e difundindo um pensamento estratégico Sul-Americano em matéria de defesa e segurança regional e internacional.

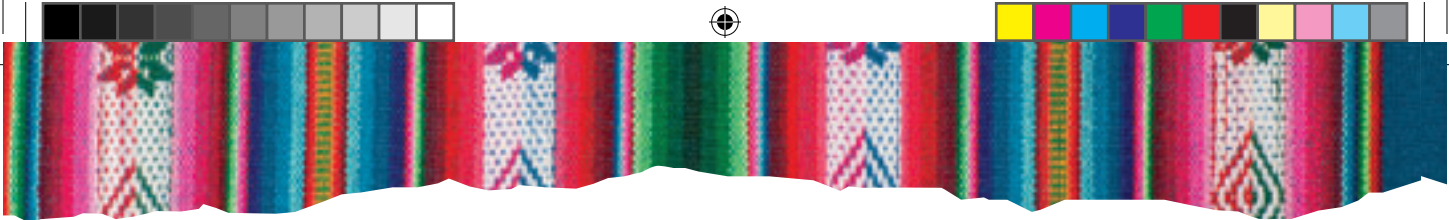
Conselho de Saúde Sul-Americano

O Conselho da Saúde Sul-Americano é um órgão da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) criado e aprovado dia 16 de dezembro de 2008 que reúne ministros da área de saúde dos estados membros para elaborar programas regionais na área de saúde pública a serem financiados conjuntamente pelo bloco sul-americano, para coordenar a política energética da Unasul.

Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde

O Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) é





uma entidade intergovernamental de caráter público que tem como principal objetivo promover o intercâmbio, a reflexão crítica, a gestão do conhecimento e a geração de inovações no campo da política e governança em saúde.

Mercado comum

Uma das iniciativas da Unasul é a criação de um mercado comum, começando com a eliminação de tarifas para produtos considerados não sensíveis até 2014 e para produtos sensíveis até 2019.

Cooperação de infraestrutura

Há, hoje, em andamento, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com investimentos estimados em US\$ 38 bilhões, provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do FonPlata.

Os planos iniciais de integração através da cooperação em infraestrutura da Unasul se deram com a construção do Corredor Bioceânico, uma estrada que pretende ligar mais firmemente os países da costa do

Pacífico, especialmente Chile e Peru, com Brasil e Argentina, estendendo rodovias através do continente, permitindo melhores conexões dos portos à Bolívia e partes mais internas da Argentina, Peru e Brasil. O primeiro corredor, entre Peru e Brasil, começou a ser construído em setembro de 2005, financiado 60% pelo Brasil e 40% pelo Peru, e é esperado para estar pronto até o fim de 2009.

O Anel Energético Sul-Americano deverá interconectar Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai com gás natural de diversas fontes, como o projeto Gás de Camisea no Peru e os depósitos de gás de Tarija na Bolívia. Apesar de esta proposta ter sido assinada e ratificada, dificuldades políticas e econômicas na Argentina e Bolívia atrasaram esta iniciativa, e até hoje, este acordo permanece mais como um protocolo do que um projeto atual, já que Chile e Brasil já estão construindo terminais LNG para importar gás de fornecedores externos.

Política monetária

O Banco do Sul estabelecerá a política monetária e os projetos de desenvolvimento de finanças. Um dos objetivos da união monetária é o estabelecimento de moeda sul-a-



americana única, ressaltando, porém, o direito de cada país de sugerir um nome para a moeda comum.

Compromisso com a democracia

Em 26 de novembro de 2010, foi assinado na cidade de Georgetown, República Cooperativa da Guiana, o Protocolo Adicional sobre Compromisso com a Democracia. O protocolo

deriva do mandato estabelecido na Declaração de Buenos Aires, de 1º de outubro de 2010, na qual se afirma que os estados-membros não tolerarão desafio à autoridade institucional, nem tentativa de golpe ao poder civil legitimamente constituído, adotando medidas concretas e imediatas em caso de violação da ordem constitucional.





ALBA – TCP (ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DAS AMÉRICAS – TRATADO DE COMÉRCIO DOS POVOS)



DADOS GERAIS

Fundação: Acordo Cubano-Venezuelano, de 14 de dezembro de 2004; Tratado de Comércio dos Povos, de 29 de abril de 2006

Países: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, Antígua e Barbuda e São Vicente e Granadinas

Área Total: 2 625 829 km²

População: 73 453 238 hab.

Densidade: 27,97 hab./km²

Língua oficial: Espanhol, Inglês, Quíchua, Aymarâ e Guaraní

Moeda: Sucre

HISTÓRICO

A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos, chamada inicialmente de surgiu de uma iniciativa do Presidente Hugo Chávez da Venezuela, inspirado pelos ideais bolivarianos (VER BOX) que pretendem resgatar a herança de vários lutadores e

pensadores Latino-americanos que sonharam e batalharam pela construção uma América Latina unida e integrada que formaria a chamada “Pátria Grande”. O seu contexto de criação foi o da emergência de vários governos progressistas na região e da resistência pelos movimentos sociais ao neoliberalismo, e em especial, ao





projeto da Área de Livre-comércio das Américas – ALCA, que era arquitetado pelo governo dos EUA.



SIMÓN BOLÍVAR (1783 -1830) – O LIBERTADOR

É considerado um dos mais importantes revolucionários Latino-americano. Participou ativamente do processo de independência das colônias hispânicas, libertando a atual Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Como presidente, desenvolveu de maneira persistente a ideia de integração de todos os territórios do continente latino-americano. Seus ideais sempre foram utilizados em vários contextos históricos, e agora, servem, como pano de fundo ideológico, para a atual revolução bolivariana liderada por Hugo Chávez na Venezuela.

Por isso, sua primeira denominação é Alternativa Bolivariana para as Américas e sua fundação ocorre em Havana em 2004, como um acordo entre Venezuela e Cuba, que enviaria médicos para ajudar no território venezuelano, pela colaboração da Venezuela ao abastecer Cuba com seu petróleo. Aos poucos, seus horizontes

vão se ampliando e tem-se como objetivo de transformá-la em uma plataforma de cooperação internacional baseada na ideia da integração social, política e econômica entre os países da América Latina e do Caribe. Em 2006, com a adesão da Bolívia, a partir da assinatura do Tratado de Comércio dos Povos, o nome oficial do bloco teve o acréscimo do termo e resultou na atual sigla ALBA-TCP.

Fortemente influenciada pelo pensamento progressista a ALBA-TCP representa uma tentativa de integração econômica regional que não se baseia essencialmente na liberalização comercial, mas em uma visão de bem-estar social, troca e de mútuo auxílio econômico. Os países membros da ALBA-TCP discutem a introdução de uma nova moeda regional, o SUCRE, e o desenvolvimento de missões sociais, projetos e empresas transnacionais que são ferramentas para se alcançar os objetivos de desenvolvimento econômico e social.

OBJETIVOS/DIRETRIZES

- A)** Solidariedade;
- B)** O direito e o respeito à autodeterminação dos povos;
- C)** Aproveitamento racional dos recursos naturais, incluindo





energético em função do bem estar dos povos;

- D) Complementariedade econômica entre as nações
- E) O direito à preservação da identidade cultural dos povos latino americanos, caribenhos, nativos e indígenas;
- F) Atenção às necessidades e aspirações de homens e mulheres.

FUNCIONAMENTO

Estrutura

A estrutura de funcionamento da ALBA reflete as três formas básicas e complementares de sua construção: articulação de governos nacionais, integração de governos locais e a articulação popular. Portanto, foram constituídas instâncias decisórias permanentes e complementares:

- A) Um conselho de governos que é formado pelos presidentes;
- B) Um conselho de ministros de cada país membro, que subdivide-se em: Conselho Ministerial Político, Conselho Ministerial para os Programas Sociais e o Conselho Ministerial de Complementação Econômica ;
- C) Um conselho ministerial de

mulheres, para assegurar a transversalidade de gênero em todos os instrumentos de integração.

- D) Um conselho de representantes dos movimentos sociais e forças populares existentes em nossos países e no continente. (em organização)
- E) E deveria haver um conselho de representantes de governos estaduais, regionais e locais. Ou seja, para que mesmo que num país, o governo central não tenha aderido a ALBA, governos estaduais ou municipais poderiam aderir, e fariam parte desse conselho específico, com o objetivo de fortalecer a integração dos povos no continente;

MECANISMOS

Projeto e empresa transnacional:

Os conceitos de projetos e empresas transnacionais derivam dos objetivos próprios da ALBA-TCP, materializam e dão vida concreta aos processos sociais e econômicos da integração e da união. Esses projetos transnacionais abarcam desde a esfera política, social, cultural, econômica,





científica e industrial até qualquer outro âmbito que possa ser incorporado na dialética transnacional. Agora, nem todo projeto transnacional deve converte-se em uma empresa

transnacional. Mas toda empresa transnacional deve produto de um projeto transnacional, pelo qual deverá guiar seu desenvolvimento.

ÁREAS	PROJETOS TRANSNACIONAIS
Finanças	Banco da ALBA
Educação	Alfabetização e pós-alfabetização
Infraestrutura	Desenvolvimento da infraestrutura portuária, ferroviária e aeroportuária
Ciência y tecnologia	Centro de ciência e tecnologia
Alimentação	Empresa de produtos agroalimentares e empresa de alimentos
Energia	Empresa de energia elétrica, petróleo e gás
Ambiente	Empresa para o manejo de bosques, produção e comercialização de produtos da indústria da madeira
	Água e saneamento
Saúde	Empresa de distribuição e comercialização de produtos farmacêuticos
	Centro regulatório do registro sanitário
Minérios	Empresa de cimento
Comercio Justo	Empresa importadora exportadora
	Mercados da alba
Turismo	Universidade do turismo
Indústria	Turismo social
	Complexos produtivos
Cultura	Fundo cultural alba
Telecomunicações	Empresa de Telecomunicações

MOEDA:

O SUCRE é o primeiro passo para fazer a moeda comum dos países da ALBA, para nos liberar do jugo do dólar. Devido à complexidade da tarefa, a ALBA começou a partir da construção de uma Zona Monetária que incluía inicialmente os países membros da ALBA (a Mancomunidad de Dominica participaria na qualidade de observadora), mediante o estabelecimento da Unidade de Conta Comum SUCRE (Sistema Unitário de Compensação Regional) e de uma Câmara de Compensação de Pago.

AÇÕES/EIXOS

- A) Democratização financeira (Sucre, Banco do Sul, Bandes);
- B) Soberania Ali-





- mentar (Escola Latino Americana de Agroecologia – IALA);
- C)** Democratização das telecomunicações, das comunicações de massa e da informática (TELESUR, Radio Sur, Agências populares, Agência ALBA, Editorial ALBA);
 - D)** Plano educativo e cultural (Escola Latino Americana de Medicina – ELAM, Programa de Alfabetização “Yo si puedo”);
 - E)** Plano de direito a vida e moradia digna (ALBAMED, “Operación Milagro”)
 - F)** Plano de integração energética (PetroCaribe e outros);
 - G)** Plano de proteção ao meio ambiente;
 - H)** Plano de integração cultural;
 - I)** Missões sociais e de solidariedade;
 - J)** Plano de cooperação social com o povo do Haiti.
 - K)** A CELAC é herdeira da Calc, a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, e do Grupo do Rio - Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, estabelecido no Rio de Janeiro em 1986 - que da uma base política para o novo organismo. A convergência da CALC e do Grupo do Rio ocorrerá de forma gradual. Ambos os mecanismos manterão suas agendas e métodos de trabalho paralelos até a conclusão do processo de construção da CELAC.





CELAC (COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E DO CARIBE)



DADOS GERAIS

Fundação: 23 de fevereiro de 2010 em sessão da Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe, no México
Países: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia,

São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela

Área Total: 21.069.501 km²

População: 569 milhões habitantes

Língua oficial: Espanhol, Português, Inglês e Francês

HISTÓRICO

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC foi criada em 23 de fevereiro de 2010, em sessão da Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe, realizada na Riviera Maya (México). O objetivo do novo organismo é projetar globalmente a

região, em temas como o respeito ao direito internacional, a igualdade entre Estados, o respeito aos direitos humanos e a cooperação. Além disso, é consenso entre os líderes que a criaram que a comunidade deverá trabalhar sobre a base da solidariedade, da inclusão social e da complementaridade.





GRUPO DO RIO

Concebido como instrumento de articulação política de alto nível, o Grupo do Rio atuou tradicionalmente na consolidação da democracia, tendo como pressuposto o bem sucedido trabalho diplomático dos Grupos de Contadora e de Apoio em favor da paz na América Central. Sua interseção com a CALC é natural, uma vez que, por ser um foro de discussão política, o Grupo do Rio sempre prescindiu de atuação mais aprofundada na área econômica e de formas institucionalizadas de cooperação. Os fundadores do Grupo do Rio resolveram delimitar seu escopo de atuação a reuniões de caráter informal, destinadas a servir como espaço exclusivamente político, apropriado para consultas, troca de informações e eventuais iniciativas conjuntas, decididas sempre por consenso. Ao longo de mais de duas décadas, foram realizadas vinte Cúpulas, vinte e nove reuniões ministeriais ordinárias e três extraordinárias. Sua temática foi aberta, tratando, em geral, de temas importantes para a região. Em suas mais recentes reuniões, o Grupo do Rio abordou questões como a promoção dos direitos humanos e o impacto das migrações.

42

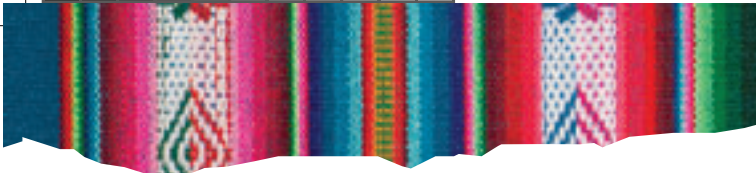


O Grupo do Rio fortaleceu-se gradualmente como espaço presidencial privilegiado e como um mecanismo regional representativo da América Latina e do Caribe em relação a outros países e blocos.

A despeito das limitações da OEA, a Organização dos Estados Americanos, no que tange à resolução de disputas regionais, há divergências entre as lideranças presentes a respeito do potencial da nova comunidade em substituir a OEA. Para o Brasil, a CELAC deverá contribuir para a ampliação tanto do diálogo político, quanto dos projetos de cooperação na América Latina e Caribe. O novo mecanismo também facilitará a conformação de uma identidade própria regional e de posições latino-americanas e caribenhas comuns sobre integração e desenvolvimento. A sua primeira reunião de cúpula aconteceu em Caracas, capital da Venezuela, entre os dias 1 e 4 de dezembro de 2011.

ESTRUTURA

- A) Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo;
- B) Reunião dos Ministros das Relações Exteriores;

- 
- 
- 
- 
- C) Presidência Pro Tempore;
 - D) Reunião de Coordenadores Nacionais;
 - E) Reuniões especializadas;
 - F) Tróica.
 - G) Mecanismo de Consulta Urgente e Vinculação com outras regiões

EIXOS DO PLANO DE AÇÃO

- A) Crise Financeira Internacional e a Nova Arquitetura Financeira;
 - B) Complementaridade e cooperação entre os Mecanismos Regionais e Sub-regionais de Integração;
 - C) Econômico-comercial;
 - D) Produtivo;
 - E) Social;
 - F) Cultural
 - G) Energia;
 - H) Infraestrutura para a Integração Física do Transporte, as Telecomunicações e a integração Fronteiriça;
 - I) Desenvolvimento Social e Erradicação da fome e da Pobreza;
 - J) Ambiente;
 - K) Assistência Humanitária;
 - L) Proteção ao Migrante;
 - M) Cultura;
 - N) Tecnologia da Informação e da Comunicação
- 





OUTROS ORGANISMOS

COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES (CAN)

A Comunidade Andina de Nações (CAN) é um bloco econômico sul-americano formado por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O Chile deixou o bloco em 1977 e a Venezuela em 2006. O bloco foi chamado **Pacto Andino** até 1996 e surgiu em 1969 com o *Acordo de Cartagena*. A cidade-sede da secretaria é Lima, no Peru.

Os objetivos primordiais da Comunidade Andina são: Realizar a integração comercial, econômica e política entre os países componentes do bloco; Facilitar a sua participação no processo de integração regional, visando à formação progressiva de um Mercado Comum Latino-Americano; Promover o desenvolvimento equilibrado e harmonioso dos países-membros por meio da integração e da cooperação econômica e social; Proporcionar mais postos de trabalho; Reduzir as diferenças de desenvolvimento entre os países integrantes da Comunidade Andina; Promover a melhoria da qualidade de vida da população; e melhorar a posição dos países do bloco no contexto econômico global.

A comunidade andina possui 120 milhões de habitantes, em uma área de 4,700,000 quilômetros quadrados, com um produto interno bruto nominal de 280 bilhões de dólares. Desde 2003, os cidadãos dos cinco países da Comunidade Andina podem ingressar sem visto a qualquer país membro, em condição de turistas.

Em 8 de Dezembro de 2004, os países membros da Comunidade Andina assinaram a Declaração de Cuzco, que lançou as bases da União de Nações Sul-Americanas, entidade que unirá a Comunidade Andina ao Mercosul, em uma zona de livre comércio continental.



ARCO DO PACÍFICO

A iniciativa do ARCO DO PACÍFICO LATINOAMERICANO foi promovida pela Colômbia em 2006 e respaldada posteriormente por Chile, México e Perú. Atualmente são membros do mecanismo: Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá e Perú. Se estabeleceu como um fórum de concertação e coordenação regional.



O objetivo principal do FORO ARCO PACÍFICO é constituir-se como um espaço de diálogo político, concertação e convergência em temas econômico-comerciais e de cooperação entre os países membros, assim como ser um instrumento de vinculação da região com a Ásia e Pacífico. Entre suas instâncias de diálogo e decisão se encontram as Reuniões Ministeriais, as Reuniões de Altos Funcionários, a Secretaria Pro-tempore, e os 5 Grupos de Trabalho estabelecidos: Convergência Comercial (coordenado pelo Chile), Infraestrutura e Logística (coordenado pelo Panamá), Promoção e Proteção de Investimentos (coordenado pela Colômbia), Cooperação Econômica e Técnica para a Competitividade (coordenado pelo Perú), e Reflexão (coordenado pelo México).

COMUNIDADE DO CARIBE (CARICOM)

A CARICOM, antigo Comunidade e Mercado Comum do Caribe e atual Comunidade do Caribe, é um bloco de cooperação econômica e política, criado em 1973, formado por 14 países e seis territórios da região caribenha. O bloco foi formado por ex-colônias de potências européias que, após

a sua independência, viram-se na contingência de aliar-se para suprir limitações decorrentes da sua nova condição e acelerar o seu processo de desenvolvimento econômico.

Este bloco de integração regional visa promover o livre comércio, o livre movimento do trabalho e do capital; coordenar a agricultura, a indústria e política estrangeira entre os seus países membros. Em 1998, Cuba foi admitida como observadora do Caricom. Os países da Caricom têm no turismo uma de suas principais fontes de renda, recebendo cerca de 15 milhões de turistas por ano. A CARICOM tem uma população de 14,6 milhões de habitantes, um PIB de US\$ 28,1 bilhões, exportações girando em torno dos US\$ 12,6 bilhões e importações alcançando os US\$ 15,9 bilhões.

GLOSSÁRIO DE TERMOS

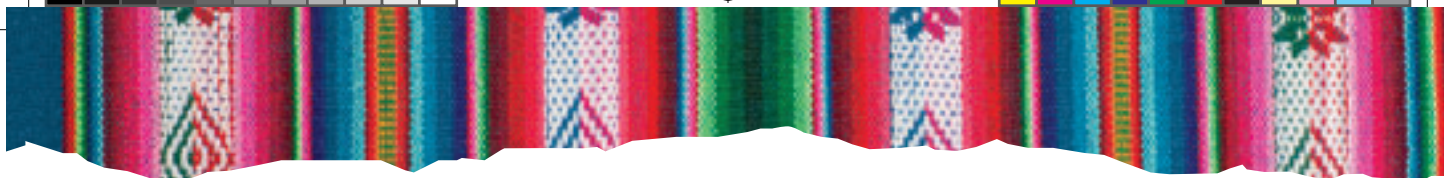
Acordo: convênio ou resolução adotada para levar a cabo uma ação de interesse comum entre as partes firmantes.

Cúpula: reunião de presidentes dos Estados Partes. Se realiza ao final de cada Presidência Pro Tempore e da início a seguinte Presidência Pro Tempore.

Decisão: tipo de documento de caráter obrigatório para os Estados Partes.

Estado Associado: o status de Estado





Associado se estabelece por acordos bilaterais, que limitam a adesão ao bloco.

Estado Parte: país membro pleno.

Grupo Ad Hoc: grupo de trabalho que trata de temas específicos.

Integração econômica: modelo pelo qual os países pretendem beneficiar-se mutuamente através da eliminação progressiva de barreiras ao comércio.

Mercado Comum: espaço econômico em que vigora as quatro liberdades comerciais de circulação: bens, capitais, pessoas e serviços.

Protocolo: acordo entre os Estados Partes que modifica ou amplia um Tratado anterior.

Recomendação: tipo de documento de caráter não vinculante.

Resolução: tipo de documento de caráter obrigatório para os Estados Partes.

Tarifa: imposto que se aplica aos bens que são objetos de importação, exportação ou trânsito.

Tratado: tipo de acordo que deve ser aprovado pelos parlamentares nacionais.

União Aduaneira: se caracteriza pela adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e de uma política comercial também comum com respeito ao resto do mundo. Uma União Aduaneira tem implícito uma Zona de Livre Comércio.

União Econômica: Adoção de políticas comuns, coordenação de políticas em grau

e extensão requeridos pelo processo de integração e harmonização de legislações. Compreende uma União Aduaneira e um Mercado Comum.

Zona de Livre Comércio: bloco comercial que elimina as tarifas e as restrições não tarifárias ao comércio recíproco de todos ou a grande maioria dos produtos originários dos países membros.

FONTES

www.mercosur.int

www.unasursg.org

www.alianzabolivariana.org

www.celac.gov.ve

www.wikipedia.org

www.itamaraty.gov.br

Cartilha Cidadão do Mercosul

Cartilha da AIBA



CES



Centro de Estudos Sindicais, hoje Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho foi criado em 1985. Desde a sua fundação, vem acompanhando de perto a evolução da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, dos movimentos sociais e da política no Brasil.

Para o CES, a classe trabalhadora possui um papel fundamental na luta transformadora da sociedade, o que exige uma formação teórica do mundo do trabalho que caminha e se desenvolve ao lado da prática cotidiana e do ativismo sindical. Ou seja, a prática deve ser iluminada pela teoria, e esta se fortalece na medida em que a prática avança.

O CES compreende a importância de um sindicalismo cada vez mais forte e da luta social e, para tanto há necessidade de um processo de formação vivo e continuado. Por meio da sua Escola Nacional, realiza cursos, nacionais e locais, de formação político-sindical, gestão sindical, formação

de formadores e de lideranças. Realiza também assessoria de Planejamento Estratégico para entidades sindicais, palestras, oficinas, seminários e pesquisas. Atua também na área sindical internacional, contribuindo na compreensão da integração latino-americana e na construção do ESNA “Encontro Sindical Nossa América”, no que se refere à formação e à pesquisa.

A entidade vem buscando, assim, contribuir decisivamente para a formação sindical e política dos dirigentes classistas, militantes e dos trabalhadores e das trabalhadoras em geral. Durante os últimos 5 anos passaram pelas atividades por nossas atividades formativas mais de 9.000 mil sindicalistas.

Sem um processo continuado de formação, o sindicalismo dificilmente conseguirá enfrentar os enormes desafios colocados pela conjuntura atual do mundo e de nossos países da América Latina.





ESPAÑHOL

La Integración y Trabajadores de América Latina





EXPEDIENTE

Gilda Almeida de Souza
Coordenadora General

Carlos Rogério de Carvalho Nunes
Coordenador Adjunto

Aldemir de Carvalho Caetano
Coordenadora de Formação

Kátia Gaivoto
Coordenadora de Comunicação

Rosana dos Santos Medina
Coordenadora de Estudos e Investigações

Juraci Moreira Souto
Coordenador de Projectos

Odilon Braga
Coordenador de Acervo y Patrimonio

Augusto Petta
Coordenador Técnico

Renato Soares Bastos
Responsable por la publicación

Diseño gráfico y maquetación
Movimento Web a Artes Gráficas
movimentobr.com





Canción por La Unidad Latinoamericana
Pablo Milanez

*Lo que brilla con luz propia nadie lo puede apagar.
Su brillo puede alcanzar la oscuridad de otras costas
Quién pagará este pesar del tiempo que se perdió
De las vidas que costó y de las que puede costar
Lo pagará la unidad de los pueblos en cuestión
Y al que niegue esta razón la historia condenará.*

SUMÁRIO

Apresentacion
53

Introducion
55

Mercosur
(Mercado Común del Sur)
67

Unasur
75

Alba – TCP
81

Celac
87

Outros organismos:
Comunidade Andina
de Nações
91

Caricon
92

CES
94

PRESENTACIÓN

Las preguntas más sencillas pueden generar respuestas excesivamente complejas: ¿por qué integrar? ¿Por qué nuestros pueblos y gobiernos tienen la necesidad de integrarse? Si encontramos los motivos racionales y justos para esta integración, otras preguntas se imponen: ¿por qué este proceso de integración es tan difícil de ejecutar? ¿Cuáles son los obstáculos y desafíos que hay que superar?

El texto que sigue es una modesta contribución a los trabajadores y activistas sociales de América Latina y el Caribe para que podamos juntos en un esfuerzo colectivo, encontrar las respuestas a estas indagaciones y, más importante, encontrar las banderas de luchas más acertadas para que el proceso de integración de nuestro continente se produzca de manera a beneficiar más a los pueblos de nuestro continente que los intereses del capital.

Preparamos un texto introductorio para balizar los debates sobre el actual

proceso de integración y una especie de guía, aunque resumido, de los principales organismos que operan a diferentes niveles, el actual intento de integrar los países de la llamada América Latina y del Caribe, este territorio que comienza en México y va hasta la Patagonia Argentina, con su inmensa diversidad cultural, económica, política, geográfica y ecológica. Una parte del globo terrestre que reunida posee una enorme potencialidad económica por sus recursos naturales y humanos.

Esperamos que nuestro esfuerzo contribuya para la comprensión del tema y de la lucha de la clase trabajadora en Nuestra América!

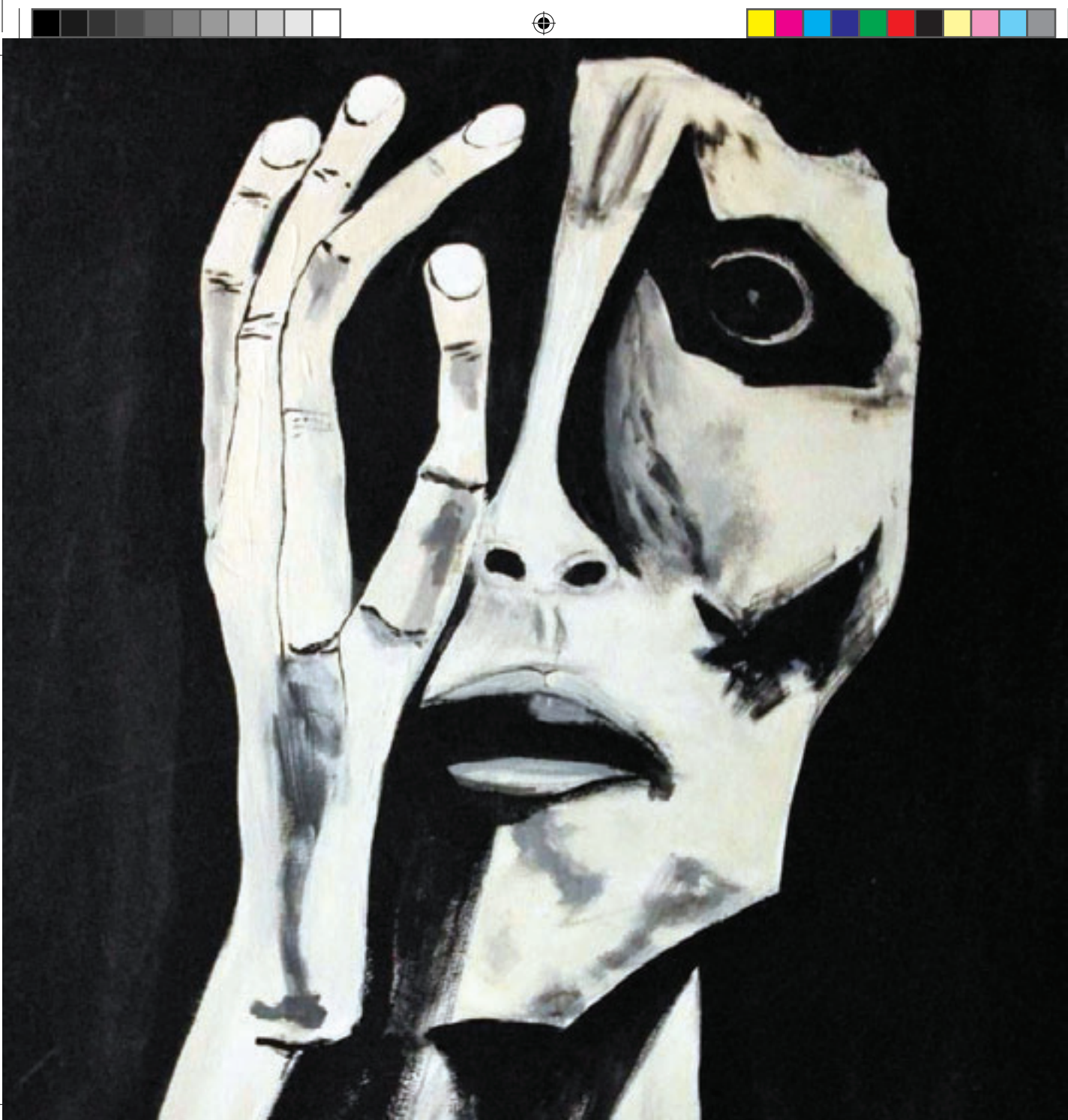
Un gran abrazo,



Gilda Almeida

Coordinadora del
Centro Nacional de
Estudios Sindicales y del
Trabajo - Brasil





INTRODUCCIÓN

 El tema de la integración latinoamericana no es algo nuevo. Es sabido que durante el proceso de independencia de las colonias españolas se intentó la unificación de los pueblos que alguna vez estuvieron bajo el dominio de la corona española. La iniciativa más relevante fue realizada por Simón Bolívar en Congreso Anfictiónico de Panamá en 1826. El fracaso de estas tentativas, la fractura del territorio en varios

estados-nación y las disputas ocurridas durante el siglo XIX hicieron con que la idea de integración no obtuviera éxito y sólo volviera con fuerza a finales del siglo XX.

Es con el pensamiento Cepalino, énfasis en lo económico, que se vuelve a pensar en una acción conjunta de estos países para superar la etapa de subdesarrollo en la cual se encontraban, incentivo a la industrialización como una salida para superar las desigual-

CRONOLOGIA

De Bolívar a la Celac: la construcción histórica y política de la integración continental solidaria y soberana de latinoamérica y el caribe

El representante más destacado de las luchas por la independencia, Simón Bolívar, proclama en la "Carta de Jamaica" una unificación de las Repúblicas de América Latina, fundamentada en la identidad y la historia de sus pueblos: "Yo deseo, más que cualquier otro, ver formarse en América, la nación más grande del mundo menos por su extensión y riqueza, que por su libertad y gloria".

18
15

18
26

Se lleva a cabo en Panamá el "Congreso Anfictiónico" liderado por Simón Bolívar, donde se reúnen por primera vez países latino-americanos y caribeños, y aprueban el "Tratado de la Unión, de la Liga y de la Confederación Perpetua" (previa creación de una confederación de países, una liga de Repúblicas con una Asamblea Parlamentaria supranacional, un pacto de defensa común, y los acuerdos de integración comercial, entre otros).

18
90

19
48

Primera "Conferencia Panamericana", realizada en Washington y por iniciativa de los EE.UU. para aumentar su comercio con los demás países del continente americano, marca el comienzo de la hegemonía de los intereses imperialistas estadounidenses en la doctrina del "pan-americanismo" desviando para su beneficio los ideales pan-americanistas enunciados en el Congreso de 1826.



En abril se crea la OEA - Organización de los Estados Americanos, en la novena "Conferencia Panamericana", celebrada en Bogotá (Colombia). Como reflejo de la consolidación de la estrategia imperialista de los EE.UU. con su "panamericanismo continental" en ese periodo de la posguerra, el órgano nace con la adhesión de todos los 35 países del continente, inclusive Cuba.

55

dades y romper el binomio centro / periferia. La CEPAL representó un esfuerzo importante de interpretación, generando políticas de desarrollo aplicadas por diversos gobiernos que tuvieron como impacto una alteración de la composición de estas economías del continente. Como parte de este esfuerzo de desarrollo autónomo, la fundación de la ALALC en 1960 (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguay, Perú y Uruguay) representó una primera tentativa moderna de integración entre los países de América Latina. Los regímenes autoritarios detuvieron este camino independiente de desarrollo y aceleraron la apertura

de la economía de América Latina al capital extranjero.

En un momento posterior, y bajo la óptica estrictamente comercial, los países realizan un segundo intento de transformar la ALALC en la ALADI en 1980. El fracaso de esta vez no se da todavía por la falta de democracia en el continente y por el comienzo de la ofensiva neoliberal, haciendo que este instrumento de integración no produjera un impacto significativo en el proceso de integración.

Durante los años 80 y 90, este pensamiento neoliberal condujo a la ejecución de políticas públicas desastrosas en casi todos los países, generando un proceso de des-

CRONOLOGÍA

De Bolívar a la Celac: la construcción histórica y política de la integración continental solidaria y soberana de latinoamérica y el caribe

Se crea la Comisión Económica para América Latina (CEPAL), sobre la propuesta de Chile y en decisión de la Asamblea General de la ONU. Nació con 26 países miembros, enfrentando una fuerte oposición de los EE.UU., oponiéndose a la creación de un organismo específico para América Latina en el marco de la organización mundial, temiendo la pérdida de influencia en la región, queriendo restringirlo bajo su hegemonía en la OEA (recién creada y alineada con sus intereses imperialistas).



Nace la ALALC - Asociación Latinoamericana de Libre Comercio, inspirada en los ideales de liberación de Bolívar y en las teorías desarrollistas y de planificación de la CEPAL, con 11 países (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, México, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela). Surge contrariando los EE.UU. y reflejando el descreimiento en su "americanismo".

18
48

19
59

19
60

¡En enero triunfa la Revolución Cubana! El pueblo cubano, liderado por Fidel Castro derroca al gobierno tirano, violento y corrupto de Fulgencio Batista, conductor de los intereses estadounidenses y de la explotación de sus empresas multinacionales en Cuba, despertando gran simpatía y apoyo de los pueblos del mundo, y más particularmente de los pueblos de América Latina.

Creación del BID - Banco Interamericano de Desarrollo, una organización financiera internacional con sede en Washington, EE.UU., con el propósito de financiar proyectos "viables" para el desarrollo económico, social e institucional y promover la integración comercial regional en América Latina y el Caribe. Un instrumento financiero de dominación regional de los EE.UU., que posee el mayor poder de voto en el órgano.

nacionalización, desestatización, desregulación de los mercados y la falta de protección de los derechos, lo que elevó el nivel de desigualdad económica y social dentro de estos países y entre ellos, en función de la dosis neoliberal aplicada. La culminación de este proceso fue casi la consustanciación de una integración por el libre mercado impuesta por los EE.UU., el ALCA. Los movimientos sociales tuvieron que resistir con valentía, levantado la bandera anti-imperialista y de la preservación y/o con la conquista de derechos, logrando el éxito con el entierro de la propuesta estadounidense, en 2004, tras el cambio de escenario polí-

tico proporcionado por las elecciones de los gobiernos llamados progresistas.

El desgaste del neoliberalismo sumado a la lucha de los movimientos sociales y partidos políticos progresistas permitió a partir de la elección de Hugo Chávez en Venezuela en 1998, la llegada de gobiernos de incontables figuras de izquierda y de centro-izquierda en la mayoría de los países del continente. La onda progresiva afectó Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, El Salvador, Ecuador, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela. Si añadimos a la lista Cuba, con su longeva experiencia de la revolu-

CRONOLOGÍA

De Bolívar a la Celac: la construcción histórica y política de la integración continental solidaria y soberana de latinoamérica y el caribe

Creación del MCCA- Mercado Común Centroamericano, formado por Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicaragua y El Salvador. Con el objetivo de crear un mercado común en América Central, previó también un Parlamento Centroamericano (Parlacen) y una Corte Centroamericana de Justicia.

1960

1961

En reacción a la subida de las luchas de los movimientos sociales y democráticos despertados por las posibilidades abiertas por la Revolución Cubana, los EE.UU. lanzan el programa 'Alianza para el Progreso' y crea la USAID, un órgano de 'ayuda a las poblaciones civiles.'

1962

Cuba está "suspendida" la OEA el 31 de enero, después de que el gobierno revolucionario haya declarado el carácter socialista de la Revolución Cubana. En la práctica se trata de excluir de este órgano el país que ya no se subordinaba al sistema económico capitalista ni a la estrategia militar de los EE.UU. La decisión fue adoptada en la octava Asamblea de la OEA, en Punta del Este, Uruguay, pero no fue unánime, lo que indica que la influencia de los EE.UU. sobre los gobiernos de ese órgano, aunque mayoritaria ya no era tan segura.

1969

"Tratado de Cartagena" crea el Pacto Andino (con Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela), debido a la insatisfacción de los países miembros de la ALALC, vista como muy restricto al ámbito comercial y con resultados muy desequilibrados entre sus miembros.



ción, tenemos una lista de países que formó una línea de resistencia y alternativa a la hegemonía de las potencias capitalistas, en particular de los EE.UU., y del pensamiento dominante neoliberal.

Es cierto que en este período experimentamos algunos contratiempos: los golpes de Estado contra el presidente Fernando Lugo en Paraguay y Manuel Zelaya en Honduras, además del interregno, vía electoral, de Sebastián Piñera en Chile. Con la victoria de Michelle Bachelet el país vuelve a gravitar en torno de los progresistas, a pesar de todas las dificultades impuestas por los tratados bilaterales ya firmados para que Chile participe de manera efectiva de la

integración económica a través de los bloques ya existentes.

También es un hecho que estas experiencias se han desarrollado en diferentes grados de contestación al status quo, pero en general podemos ponerlas en ecuación como experiencias que tenían como objetivo un retorno al fortalecimiento del Estado, la realización de una agenda desarrollista, fuertemente marcada por la agenda social, y por la politización de las relaciones regionales. Estos tres distintivos posibilitaron una reestructuración de estos Estados y una vuelta al tema de la Integración, no como un mero instrumento para la elevación de los intercambios comerciales, sino

CRONOLOGÍA

De Bolívar a la Celac: la construcción histórica y política de la integración continental solidaria y soberana de latinoamérica y el caribe

Se crea el CARICOM - Comunidad del Caribe, formado por 15 estados y 5 territorios asociados, deriva del Mercado Común de América Central y tiene como objetivo promover el libre comercio, la libre circulación de la mano de obra y del capital; coordinar la agricultura, la industria y la política exterior entre los países miembros.

1973

1980

Se CREA la ALADI Asociación Latinoamericana de Integración, con propuestas más flexibles de integración, menos énfasis en las metas de desarrollo y sin la intención integradora de la ALALC, se constituye sólo como una representación burocrática.



1983

1985

Se crea el Grupo de Contadora, por México, Panamá, Colombia y Venezuela como una reacción a la reanudación de la política intervencionista estadounidense en América Central, efectuada con la invasión imperialista de Granada en 1983, ordenada por Ronald Reagan. Con sus redemocratizaciones Argentina, Brasil, Perú y Uruguay crean el Grupo de Apoyo a la Contadora.

Surge el MERCOSUR. En el contexto de las limitaciones de la ALADI, de redemocratización en varios países del continente, y en medio de las presiones de ajustes económicos, Brasil y Argentina comienzan y promueven el Mercado Común del Sur como una forma de hacer viables los intereses y una visión estratégica común, ampliar sus mercados e intensificar el comercio a través de acuerdos bilaterales.

como un mecanismo para reducir las disparidades en la región, la desigualdad social y, inevitablemente, como un medio para un mejor posicionamiento en el juego internacional, de un orden, ahora multipolar.

Es en este contexto que debemos entender los organismos de integración regional. Y también entender que MERCOSUR, CAN, UNASUR, el ALBA y la CELAC tienen especificidades diferentes.

El MERCOSUR es la experiencia más antigua en curso y se ha dotado, a pesar de las dificultades, de instrumentos para que sirva no sólo la integración comercial, sino también la integración so-

cial de estas naciones. La reciente incorporación de Venezuela y la proximidad de la plena adhesión al MERCOSUR de Bolivia le dan aliento y vitalidad al MERCOSUR para que sea un instrumento más completo y eficaz de integración de América del Sur. Su correspondiente andino, la CAN, sigue presa a una agenda neoliberal de integración, o sea, centrada en el comercio, y por lo tanto pierde fuerza.

La UNASUR no nace con el objetivo primordial de la integración económica, sino como una organización eminentemente política. De ello resulta que la entidad consiga involucrar a todos los países de

CRONOLOGÍA

De Bolívar a la Celac: la construcción histórica y política de la integración continental solidaria y soberana de latinoamérica y el caribe

"Consenso de Washington", Conferencia patrocinada por el gobierno y las instituciones de investigación estadounidenses sumados al FMI y al Banco Mundial neoliberal, elaboran recetario neoliberal para los países de América Latina y coordinan sus acciones en la región bajo el pretexto de insertarla en la modernidad del mercado internacional "globalizado".

1986

Se crea el Grupo de los Ocho (que en 1990 pasará a denominarse el "Grupo de Río", o "Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política en América Latina y el Caribe", por medio de la "Declaración de Río de Janeiro", firmada por Argentina, Brasil, Colombia, México, Panamá, Perú, Uruguay y Venezuela. Constituido por los Jefes de Estado o de Gobierno de América Latina y del Caribe, el "Grupo de Río" surge de la unión del "Grupo de Contadora" y del "Grupo de Apoyo a Contadora" y pasa a tener un papel importante en la consolidación de las redemocratizaciones, políticas de derechos humanos y el restablecimiento de la paz en Centroamérica.

1990

George Bush (padre) aprovecha el contexto de alineación de las Américas al modelo neoliberal y pone en marcha la "Iniciativa para las Américas", que propone un área de libre comercio que abarque todos los países de las Américas, ALCA, bajo el liderazgo de EE.UU. y la exclusión de Cuba.

Se realiza el I° Encuentro de Partidos y Organizaciones de Izquierda de América Latina y el Caribe, el Foro de Sao Paulo, reúne los partidos y organizaciones de izquierda y progresistas de América Latina y el Caribe. En su documento final rechaza la "Iniciativa para las Américas" y anuncia las bases de un "nuevo concepto de unidad e integración continental" para los pueblos de América Latina y el Caribe.

59

América del Sur y se ha convertido en un espacio estratégico de debate y articulación política con el fin de defender los intereses del subcontinente, el Consejo de Defensa siendo un gran ejemplo. La agenda económica está presente, pero desde otra perspectiva, más bien bajo un otro enfoque, como la constitución de un fondo de reserva para la protección de estas economías y la formación de un Banco de inversión para impulsar proyectos en la región. A largo plazo puede transformarse en una organización de integración política y económica al hacer convergir, si se obtiene el debido éxito, el MERCOSUR y la CAN.

El elemento más nuevo de este proceso es la CELAC, que se presenta como un paraguas político y que tiene el mérito de incorporar todos los países de América Latina y del Caribe, dejando de lado la gran potencia del continente, los EE.UU. y su aliado incondicional, Canadá. Este verdadero foro de consulta política es extremadamente importante para alinear los países de América Latina. A su vez, el ALBA-TCP tiene condicionantes diferentes de los otros organismos. Nacida de la lucha contra el ALCA, se convierte en un instrumento para la integración conjunta entre los países en los que la agenda tradicional de comercio no aparece

CRONOLOGÍA

De Bolívar a la Celac: la construcción histórica y política de la integración continental solidaria y soberana de latinoamérica y el caribe

"Tratado de Asunción" amplía y ratifica el MERCOSUR, que inicialmente envolvía Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Sin embargo, con la ascensión de gobiernos neoliberales y abiertamente pro-EEUU en los países de América Latina, la propuesta inicial es alterada y se restringe a un instrumento de la liberalización comercial en boga en aquellos años.

19
91

19
93

Se crea el TLCAN - Zona de Libre Comercio de América del Norte, Acuerdo de Libre Comercio con la economía de los EE.UU. como centro alrededor del cual gira la economía de México y de Canadá.



19
94

Bill Clinton promueve en Miami la Cumbre Presidencial que reunió a 34 jefes de Estado de las Américas y excluyendo Cuba, donde se aprueba el cronograma de las negociaciones multilaterales para el establecimiento del ALCA - Área de Libre Comercio de las Américas hasta el año 2005, privilegiando la agenda de intereses de los EE.UU.

19
96

El Pacto Andino pasa a llamarse CAN - Comunidad Andina de Naciones, con Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela.



como una prioridad. Es una rica experiencia que debe ser aprovechada por otros instrumentos. Con la membresía de dos de sus principales incentivadores al MERCOSUR y a la UNASUR: Venezuela y Bolivia, puede pasar que la ALBA-TCP pierda fuerza a expensas de estos otros organismos. Su fuerza radica en la relación de estos dos países con Cuba y el Caribe.

Una posible clave para la comprensión de estos organismos y sus especificidades son posibles “velocidades” hacia la integración política, económica y social del continente. Estas “velocidades” respetan las condiciones específicas en las que se produce el proceso actual: condicionantes internos y externos y las intenciones de los actores principales (gobiernos).

Externamente la región tiene que lidiar con la presencia de importantes actores globales: a) los EE.UU. que quieren mantener el continente bajo su control e influencia, y para ello, patrocinan golpes de Estado, desestabilizar gobiernos, incentivan oposicio-

nes, mantienen bases militares y formalizan acuerdos bilaterales de comercio como una forma de deshidratar el proceso de integración en curso. El denominado “Arco del Pacífico” se inserta a este intento estadounidense de minar el proceso actual; b) La Unión Europea también tiene intereses en la región, pero dada la magnitud de la crisis económica se ha comportado discretamente;

c) La presencia china es otro factor importante. Por ahora, el capital chino ha servido los intereses más avanzados de la integración y se convirtió en un aliado interesante. Internamente, estos gobiernos tienen oposiciones con mayor o menor fuerza y radicalidad, más allá de un gran pasivo social y económico dejado por las décadas neoliberales que tiene todavía que ser superado.

Acerca de la intencionalidad de estos actores, los gobiernos progresistas, se encuentra un gradiente político que va desde los más moderados hasta los procesos más *avanzados y radicalizados*. Brasil y





Venezuela representarían estos polos opuestos del sistema. Estos dos países son piezas importantes del rompecabezas de la integración.

Lo que ocurre en Venezuela es un proceso revolucionario. Los logros de la Revolución Bolivariana son conocidos y las posiciones asumidas a partir de Miraflores dan inclinación al proceso de integración para la izquierda. No es de extrañar que los gobiernos de Chávez hayan sufrido una dura embestida y ahora el de Maduro, por parte de los EE.UU. y de la elite venezolana, que encuentran eco en las otras elites del continente. Por su peso económico y político, el mantenimiento del Bolivarianismo es de vital importancia para el proceso, su derrota sería un revés desastroso para el polo progresista.

En el caso de Brasil, el modelo moderado desarrollado por el bloque en el gobierno *pari passo* con una tensión interna en la diplomacia brasileña: o el énfasis en el proceso de integración de América Latina, o el énfasis en el camino brasileño para constituirse como un actor global, dando así

más atención a sus relaciones con los emergentes, en particular los llamados BRICS, que al fortalecimiento y la aceleración del proceso interno al continente. Observen que no apunto estas vías como necesariamente excluyentes, pero un énfasis elevado en la vía particular de Brasil puede dar morosidad al proceso de integración en marcha.

Además de estos condicionantes externos e internos y de las intencionalidades, estos organismos de integración sufren de molestias propias. La primera de ellas es que estos organismos son intergubernamentales y no supranacionales. Es decir, la mayoría de las decisiones tomadas en estos cuerpos no tiene una aplicación directa, necesitan ser refrendadas por los respectivos estados nacionales. Esto significa que los objetivos presentados y demandados, principalmente en términos sociales, se presentan maximizados en término de contenido, y la aplicación por estas instituciones resulta minimalista en la práctica.

Otro punto es la falta de de-



mocracia / participación en estos órganos. Con mayor o menor intensidad, estos organismos son poco afectados por la participación de la sociedad civil, en particular, las entidades de los trabajadores y los movimientos sociales. A este déficit de democracia se suma un déficit de transparencia en los trámites internos. Estos factores dificultan la intervención de la otra parte interesada en la integración, más allá de los gobiernos y de las empresas.

Consciente de estas barreras y condicionantes, podemos pensar en las posibilidades de intervención del movimiento social, en especial, del movimiento sindical en el

proceso en curso. Un paso importante es que el movimiento de los trabajadores se apropie cada vez más la comprensión de los organismos existentes, capacitándose para un nivel de intervención cada vez más cualificado. Otra decisión importante es la articulación entre los trabajadores del continente.

En este sentido, el Encuentro Sindical Nuestra América (ESNA) desempeña una función importante al ser un espacio de unidad de acción de la clase trabajadora en torno a una plataforma común neoliberal y anti-imperialista, con el objetivo de elevar el papel de los trabajadores en las luchas

CRONOLOGÍA

De Bolívar a la Celac: la construcción histórica y política de la integración continental solidaria y soberana de latinoamérica y el caribe

Consenso de Buenos Aires, firmado por los presidentes Lula y Kirchner, relanza el MERCOSUR, abriendo la participación de la mayoría de los países del continente y reorientándolo más allá de la integración comercial, incluyendo, entre otros, la promoción de políticas sociales.

20
03

20
04

Se crea la CSN - Comunidad Sudamericana de Naciones, en la tercera Reunión de los Presidentes de América del Sur con la Declaración de Cuzco, Perú. Configura una unión intergubernamental integrando dos uniones aduaneras existentes en la región: el Mercado Común del Sur (Mercosur) y la Comunidad Andina de Naciones (CAN), como parte del proceso continuo de integración de América del Sur.

Se crea la ALBA - Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América, La Habana (Cuba).



20
05

En noviembre, derrotada la propuesta neocolonial del ALCA, en la cuarta Cumbre de las Américas, realizada en Mar del Plata (Argentina).





políticas en curso en nuestro continente. Importante es también el trabajo desarrollado en el campo de la formación, la investigación y la asistencia técnica en la región, más allá de campañas de contenido solidario.

Correspondería a estos trabajadores organizados y articulados desarrollar, con respecto al proceso de integración, un programa de intervención en tres frentes. El primero se refiere a las cuestiones más generales del desarrollo económico y a la estabilidad política. Temas como el fortalecimiento de la democracia, el mantenimiento de la paz, continuidad de la recuperación de la función de estos Estados-nación, el mantenimiento y la aceleración del programa de desarrollo, la lucha contra las desigualdades regionales y las desigualdades sociales, la creación de instrumentos como un Banco de Desarrollo y un Fondo para la estabilidad regional, inversiones en infraestructura, entre otras directrices, deben estar en la preocupación de los trabajadores.



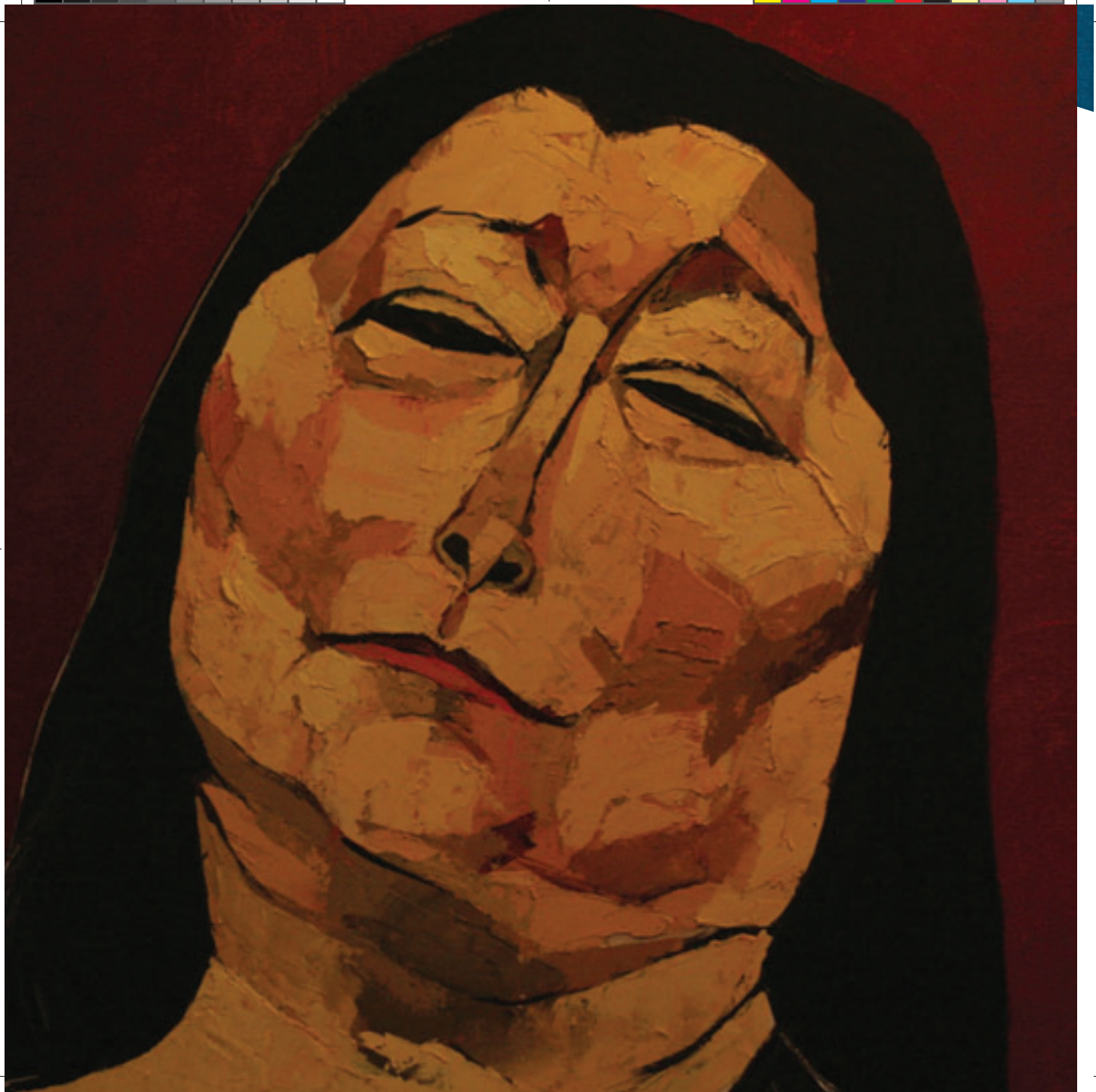
Un segundo frente se refiere al impacto de todas estas medidas en la estructura productiva, en la generación de empleo y sobre los derechos laborales. Se espera que un proceso de integración pensado estratégicamente y dirigido para el desarrollo del continente genere ingresos y empleos formales en la región, poniendo en ecuación la cuestión de la tierra, dando un nuevo salto en la industrialización, basada en bienes de capital y de alto valor añadido- con parques productivos complementarios, redimensionando el sector de servicios. Aprovechar las ventajas de cada porción de territorio que debe ser tomada en cuenta para que podamos ver las asimetrías borradas y que nuestro continente obtenga, de hecho, la soberanía frente a las otras potencias. Obviamente, se espera también que estos trabajadores, en cada paso de la integración tengan la legislación laboral unificada por el alto, es decir, por una cobertura de derechos más grande y que se pueda obtener el libre tránsito en el continente.



Por último, el tercero frente debe ser la democratización de los instrumentos de la integración. Estos organismos deben abrirse a la participación de la Sociedad Civil, incorporando a los trabajadores y los otros movimientos sociales como actores efectivos en la conducción del proceso. Es necesario que sean reconocidas y estructuradas las Cumbres Sociales, los Foros y Consejos internos de cada órgano y que la sociedad participe más de los grupos de Trabajo de cada organismo.

!La integración de América Latina es un desafío! Estamos llamados a actuar en este proceso y completar la obra iniciada hace más de 200 años por hombres como Simón Bolívar y José Martí. Queremos una América Latina unida, desarrollada y soberana. Esperamos que los indicativos en las siguientes páginas sobre los organismos para la Integración puedan arrojar luz sobre la actuación de los trabajadores.





MERCOSUR

(Mercado Común del Sur)



DATOS GENERALES

Fundación: Tratado de Asunción - 1991

Países: Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Venezuela

Área Total: 13.771.174 km²

Población: 276.805.000 habitantes

Lengua oficial: Español, Portugués y Guaraní

HISTÓRICO

El 26 de marzo de 1991, Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay firmaron el Tratado de Asunción con el objetivo de constituir un Mercado Común, denominado MERCOSUR, que fue impulsado por la firma entre Argentina y Brasil de la Declaración de Iguazú en el año de 1985, la cual establecía la cooperación económica entre los dos países.

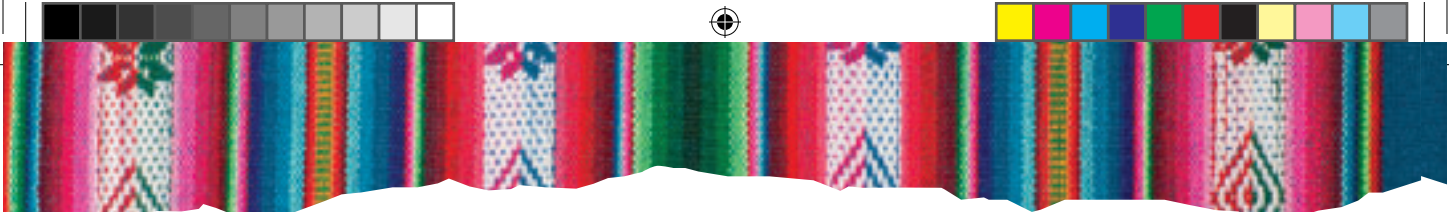
Con las adhesiones de Paraguay y de Uruguay, se forma el MERCOSUR teniendo por objetivo consolidar la integración política, económica y so-

cial entre los países que lo integran, fortalecer los vínculos entre los ciudadanos de los países miembros, con el fin de mejorar su calidad de vida, incorporando en su ámbito el sector productivo para mejorar su competitividad a nivel regional e internacional.

La existencia de un Mercado Común implica la libre circulación de bienes, servicios y factores productivos, el establecimiento de una tarifa externa en común, la adopción de una política comercial en común, la coordinación de políticas macroeco-



67



nómicas y sectoriales y la conciliación de legislaciones nacionales para alcanzar el fortalecimiento del proceso de integración.



La libre circulación de bienes, prevista en el Tratado de Asunción, significa que las mercaderías transportadas de un país miembro para el otro son libres del pago de tasas de importación. Además, se adoptó una Unión Aduanera, lo que significa que se conciliaron políticas comerciales comunes y una Tarifa Externa Común que se aplica a los bienes que ingresan en el mercado ampliado provenientes de países terceros. La Tarifa Externa Común fue adoptada por los derechos de importación aplicables a las mercaderías, que varían de cero a veinte por ciento. En términos generales, todo producto extra-zona paga la misma tarifa al ingresar por cualquiera de los cuatro Estados Partes, existiendo exenciones temporarias para un grupo de productos determinado.

Con el objetivo de estrechar las relaciones con los países de América Latina, el MERCOSUR firmó acuerdos con Bolivia (1996), Chile (1996), Perú (2003), Colombia (2004), Ecuador (2004) y con Venezuela (2004), que pasaron a

ser considerados Estados Asociados. Avanzando en las negociaciones, tuvimos la adhesión de Venezuela como Estado pleno en este año de 2012 y está muy próxima la adhesión de Bolivia, y quizás la de Ecuador.

Además, el MERCOSUR firmó en la región con México con el objetivo de alcanzar una zona de libre comercio, y con la República de Cuba, un acuerdo de preferencias tarifarias para una serie de productos. Fuera de la región latino-americana, el MERCOSUR negoció acuerdos con países terceros y con grupos de países, entre los cuales cabe destacar aquellos ya concluidos, con India, con Israel y con la SACU (Unión Aduanera de África Austral). Hay otras negociaciones o conversaciones preliminares en andamio entre MERCOSUR y los siguientes bloques de países: Unión Europea, SICA, CARICOM, CER, Consejo de Cooperación de países del Golfo, ASEAN, Canadá, Corea, Egipto, Japón, Jordania, Marruecos, Federación Rusa, Singapur, Turquía, Palestina y Paquistán, con el objetivo de ampliar su relacionamiento político, económico comercial y de cooperación.

Para el cumplimiento de sus objetivos, el MERCOSUR cuenta con órganos integrados por representantes de los Estados Partes, en cuyo ámbito



son elaboradas las propuestas y los criterios necesarios para el funcionamiento del proceso de integración, incluyendo disposiciones en materia política, económica y social.

En los últimos años el MERCOSUR ha pasado por un fortalecimiento institucional. En el ámbito político, fueron aprobadas en 2005 las bases para instaurar el Parlamento de MERCOSUR, representativo de los ciudadanos del MERCOSUR. El Parlamento desempeña un papel importante en garantizar la participación de los ciudadanos, partidos políticos en el proceso de integración, impulsando el desarrollo sostenible de la región con justicia social, cumplimiento de la democracia y respeto a la diversidad cultural de sus pueblos.

Con el fin de atender a la situación de las economías menores y las regiones menos desarrolladas, el MERCOSUR adaptó el Fondo para la Convergencia Estructural de MERCOSUR (FOCEM), integrado por contribuciones financieras no reembolsables efectuadas por los Estados Partes. A través de este Fondo, se financian importantes obras de infraestructura, programas para atender aspectos sociales y mejorar la competencia e productividad de las empresas del MERCOSUR. Fueron adoptadas también varias iniciativas relativas a la integración productiva.

En el ámbito social, el MERCOSUR amplió sus actividades creando el Instituto Social del MERCOSUR, con matriz en Asunción, y el Instituto de Polí-

CRONOLOGÍA

De Bolívar a la Celac: la construcción histórica y política de la integración continental solidaria y soberana de latinoamérica y el caribe

Se celebra la primera CALC - Cúpula de América Latina y el Caribe sobre Integración y Desarrollo, en la costa Sauipe (Bahía) en Brasil, con la presencia de los jefes de Estados de América Latina y el Caribe, incluyendo Cuba.

20
07

20
08

La CSN fue renombrada como UNASUR - Unión de las Naciones Suramericanas (UNASUL - União das Nações Sul Americanas en portugués), en la 3ª Reunión de los Presidentes de América del Sur en la Isla Margarita, Venezuela, con la aprobación de todos los Estados miembros: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Paraguay, Perú, Surinam, Uruguay y Venezuela. Cuenta también con México y Panamá en calidad de observadores.

En abril, el gobierno de EE.UU. anuncia la reactivación de la cuarta flota (4ª Flota de EE.UU.), una división de la Armada de ese país, creada en 1943, responsable por las operaciones en el Atlántico Sur, incluyendo las aguas que rodean el Caribe, América Central y América del Sur. Cuenta con una flota de barcos, hidroaviones, aeronaves y unos 15 000 soldados, cuya base se encuentra en Florida (costa atlántica de EE.UU.). Entre 1950 y 2008, la cuarta flota estaba absorbida en la segunda flota.

En mayo es aprobado el Tratado UNASUR, constitutivo de la UNASUR - Unión de Naciones de América del Sur, en Brasilia (Brasil), durante la tercera Cúpula de los 12 jefes y jefas de Estado y de Gobierno de América del Sur, que entrará en vigor en 2011. En esta misma cúpula se denunció ante el mundo las intenciones imperialistas y agresivas de Estados Unidos con la reactivación de la cuarta flota.



PRINCIPAIS TEXTOS NORMATIVOS

- 1991** – Tratado de Asunción: Constitución del MERCOSUR;
- 1994** – Protocolo de Ouro Preto: Define la Estructura Institucional del MERCOSUR;
- 1998** – Protocolo de Ushuaia: Sobre el Compromiso Democrático en el MERCOSUR, la República de Bolivia y la República de Chile;
- 2002** – Protocolo de Olivos: Solución de controversias en el MERCOSUR;
- 2004** – Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR: Creación del Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR;
- 2005** – Protocolo Constitutivo del Parlamento del MERCOSUL: Creación del Parlamento del MERCOSUR;
- 2006** – Protocolo de Adhesión de Venezuela: Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al MERCOSUR;
- 2010** – Cúpula de Foz do Iguazu: Creación del Estatuto de Ciudadanía del MERCOSUR, Del Programa Estratégico de Acción Social (PEAS) y Unidad de Apoyo a Participación Social (UPS);
- 2011** – Protocolo de Montevideo: Sobre el Compromiso con la Democracia en el MERCOSUR (Ushuaia II);

70



ticas Públicas de Derechos Humanos, con matriz en Buenos Aires. Además de esto, en 2010 fueron dados pasos importantes en el área social con la creación del Estatuto de Ciudadanía del MERCOSUR y el Plano Estratégico de Acción Social (PEAS), a pesar de la falta de financiamiento y voluntad política para que las metas de ambos documentos sean alcanzadas.

OBJETIVOS DEL MERCOSUR

- A)** “La libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre los países, a través, entre otros, de la eliminación de los derechos aduaneros y restricciones no tarifarias a la circulación de mercaderías y de cualquier otra medida de efecto equivalente;
- B)** El establecimiento de una tarifa externa común y la adopción de una política comercial en común con relación a terceros Estados o agrupaciones de Estados y la coordinación de posiciones en foros económico-comerciales regionales e internacionales;
- C)** La coordinación de políticas macroeconómicas y sectoriales entre los Estados Partes - de

comercio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetaria, cambiaria y de capitales, de servicios, de aduanas, de transportes y comunicaciones y otras que se definan, para asegurar condiciones adecuadas de competencia entre los Estados Partes;

- D)** El compromiso de los Estados Partes de conciliar sus leyes, en las áreas pertinentes, para lograr el fortalecimiento del proceso de integración.”

FUNCIONAMIENTO

La estructura de funcionamiento del MERCOSUR es bastante compleja y está distribuida en varias instancias del órgano, que tiene la siguiente jerarquía:

Consejo del Mercado Común: es

la instancia máxima de deliberación y dirección. A él están vinculadas las Reuniones de Ministros, Grupos Especiales [Alto Nivel], la

Comisión de Representantes Permanentes, el Alto Representante General, la Comisión de Coordinación de Ministros del Área Social, el Fórum de Consulta de Conciliación Política, la Reunión de Altas Autoridades en el Área de Derechos Humanos y su Instituto de Políticas Públicas de Derechos Humanos, y por fin el Instituto Social del MERCOSUR;

Grupo Mercado Común: es la instancia más operativa del bloque, de suma importancia. A ella están vinculados los Sub grupos de Trabajo [incluyéndose el SGTN°10 – Asuntos Laborales, empleo y Seguridad social], Las Reuniones Especializadas, los

CRONOLOGÍA

De Bolívar a la Celac: la construcción histórica y política de la integración continental solidaria y soberana de latinoamérica y el caribe

Se celebra la segunda CALC, en Cancún, México, donde los jefes y jefas de Estado de América Latina y el Caribe, incluyendo Cuba, firman la Declaración de Cancún, que anuncia la decisión de crear la Comunidad de Estados de América Latina y el Caribe la CELAC.

20
10



20
11



Con 33 países de América Latina y el Caribe, incluyendo Cuba y sin los EE.UU. ni Canadá. La CELAC pasa a asumir el patrimonio histórico del Grupo de Río (concertación política) y de la CALC (metas de desarrollo e integración). La Declaración de Caracas destaca la importancia del nuevo organismo sin la tutela del imperialismo de EE.UU. y la visión común basada en la solidaridad.



Grupos Ad Hoc, el Instituto MERCOSUR de formación, El Observatorio de la Democracia, El Observatorio del Mercado de Trabajo, el Foro de Estados y Municipios, Grupos Especiales, La Comisión Socio-Laboral, Comités y la Reunión Técnica de Incorporación de Normas;

Comisión de Comercio: una instancia más técnica. Está compuesta por los Comités Técnicos;

Parlamento del MERCOSUR: aún poco efectivo, solamente Paraguay ha realizado elecciones directas de los parlamentares. En Brasil las elecciones directas están previstas para 2014;

Foro Económico-Social: sería la instancia para el diálogo con la sociedad civil y la interferencia de la misma, sin embargo esa instancia tiene poca consistencia institucional y sus recomendaciones no son acatadas por el Grupo Mercado Común;

Secretaría del MERCOSUR: tiene la responsabilidad de realizar el funcionamiento del órgano;

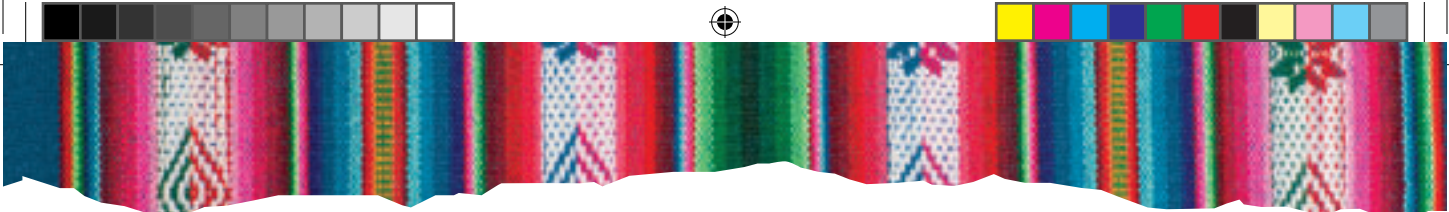
Además de los arriba citados, tenemos también en la estructura del MERCOSUR el Tribunal Permanente de Revisión, el Tribunal Administrativo-Laboral y el Centro de Promoción del Estado de Derecho;

PRINCIPALES INSTRUMENTOS

Fondo para la Convergencia Estructural de MERCOSUR (FOCEM) – el Fondo es el resultado de contribuciones financieras efectuadas por los Estados Partes que totalizan 100 millones de dólares anuales, en proporciones de acuerdo con el PIB de los Países, para financiar importantes obras de infraestructura, programas para atender aspectos sociales y mejorar la competencia y productividad de las empresas del MERCOSUR en cada País o integrando más de un País, de acuerdo con la proporción inversa del aporte inicial hecho por cada Estado Parte. Desde su entrada en funcionamiento en el año 2007, han sido aprobados 32 proyectos por un montante de 984 millones de dólares, de los cuales 734 millones corresponden a recursos del propio Fondo y el resto, a medidas compensatorias nacionales. En el ámbito de este Fondo, los países desarrollan un Programa (PAMA) para que el MERCOSUR pueda consolidarse como una zona libre de fiebre aftosa, esfuerzo conjunto en el cual fue incluida Bolivia.

Estatuto de Ciudadanía del MERCOSUR – entendiéndose necesaria la consolidación de un conjunto de derechos fundamentales y de beneficios en favor de los nacionales de los Estados Partes y la definición de una identidad mercosu-





reña, se estableció en 2010 en la Cúpula de Foz do Iguazú, que de manera progresiva, hasta el año 2021 (trigésimo aniversario de La firma del Tratado de Asunción), la implementación de un Estatuto de Ciudadanía del MERCOSUR que tiene como objetivos centrales la implementación de una política de libre circulación de personas en la región, igualdad de derechos y libertad civil, social, cultural y económicas para los nacionales de los Estados Partes y la igualdad de condiciones para el acceso al trabajo, salud y educación. Estos objetivos están distribuidos en 11 ejes: circulación de personas, fronteras, identificación, documentación y cooperación consular, trabajo y empleo, Seguridad social, educación, transporte, comunicaciones, defensa del consumidor y derechos políticos.

Plano Estratégico de Acción Social (PEAS) – El plano aprobado en 2010 en la Cúpula de Foz do Iguazú, reflejando un avance para la incorporación de temas sociales en la práctica de bloco, tiene como objetivo la implementación de políticas sociales para disminuir las desigualdades sociales, reducir la pobreza y avanzar en la consolidación de derechos fundamentales. Constituido en 10 ejes que engloban el combate a la pobreza y el hambre, derechos humanos, educación, cultura, salud, trabajo,

seguridad social, sostenibilidad del medio ambiente, participación social y financiamiento de políticas sociales.

Declaración Socio laboral (DSL) –Es un documento, aprobado en 1998, de compromiso para promocionar los padrones de los derechos y relaciones laborales. La aplicación de la DSL es seguida por La Comisión Socio laboral que es constituida de manera tripartita.



ACUERDO DE RECONOCIMIENTO DE RESIDENCIAS

En 2010 entró en vigor el Acuerdo de Reconocimiento de Residencias involucrando a los países del Mercosur, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay. Ese acuerdo facilita y simplifica enormemente los trámites para que las personas residentes en estos países puedan vivir y trabajar en cualquiera de ellos con una visa temporaria que es válida por dos años. Después de este plazo se puede solicitar la visa de residencia permanente.

ACUERDO MULTILATERAL DE SEGURIDAD SOCIAL

entró en vigor en 2005 – contabilidad de tiempo para la jubilación de aquellos que trabajaren en más de un país del Mercosur.





UNASUR (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS)



DATOS GENERALES

Fundación: 23 de mayo de 2008, en la Tercera Cumbre de Jefes de Estado, llevada a cabo en Brasilia

Países: Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú, Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay, Venezuela, Chile, Guyana y Suriname. Miembros Observadores: Panamá y México

Área Total: 17.715.335 km²

Población: 366.669.975 habitantes

Lengua oficial: Español, portugués, neerlandés e inglés

HISTÓRICO

La Unión de Naciones Suramericanas integra las dos uniones aduaneras existentes en la región, el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) y la Comunidad Andina de Naciones (CAN), además de otros países, como parte de un continuo proceso de integración suramericana. Designada inicialmente por Comunidad Suramericana de Naciones, órgano creado en 2004 por la Declaración de Cuzco, que tenía como objetivos: la conciliación

y coordinación política y diplomática, la profundización de la convergencia entre MERCOSUR, CAN y Chile perfeccionando la zona de libre comercio, la integración física, energética, integración de las comunidades, la conciliación de políticas alineadas con el desarrollo rural y agroalimentar, la transferencia tecnológica y la integración entre empresas y sociedad civil.

Más íntimamente la formación de la UNASUR, se encuentran la Cúpula





Suramericana, conferencia diplomática entre los doce presidentes del subcontinente, y la Iniciativa para Integración de la Infra Estructura Sud Americana (IIRSA), programa de integración física del subcontinente. El nuevo bloco puede ser entendido como un “paraguas” para el proceso de integración latinoamericana, un espacio de debate político y de convergencia político-diplomática de los países Suramericanos. Un foro que contribuye para defender y llevar adelante posiciones comunes de América del Sur. La coyuntura actual demuestra la importancia geoestratégica del fortalecimiento del espacio Suramericano.

negociaciones están estancadas. De la misma forma, el nuevo bloco tendría más poder en las negociaciones de la Organización Mundial del Comercio y creará un elemento positivo para el desarrollo porque la región posee un enorme potencial de crecimiento, al contrario de polos que ya alcanzaron un cierto nivel de saturación. Particularmente, llama la atención el volumen de recursos naturales existentes.

FUNCIONAMIENTO

A UNASUR se constituye por los siguientes órganos:

- A)** Consejo de Jefes de Estado y de Gobierno Presidencia pro tempore
- B)** Secretaria General de la Unión de las Naciones Suramericanas
- C)** Consejo de Ministros de Relaciones Exteriores
- D)** Consejo de Delegados
- E)** Parlamento Suramericano
- F)** Banco del Sur

ACCIONES Y MECANISMOS

Consejo de Economía y Finanzas

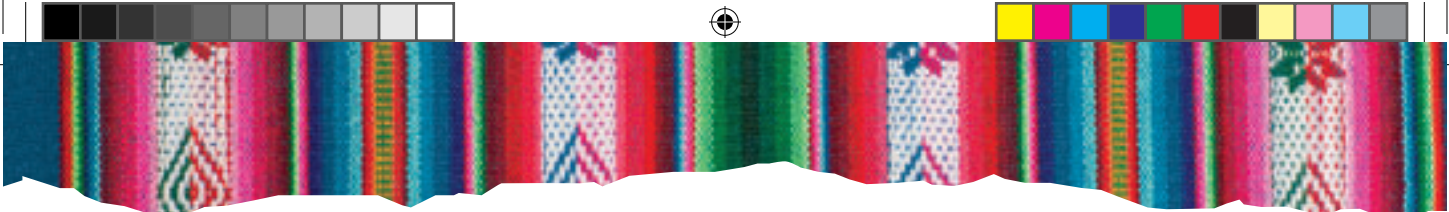
El Consejo de Economía y Finanzas de la UNASUR fue instituido en 12 de agosto de 2011, en Buenos Aires. Entre



El ex presidente argentino Néstor Kirchner fue electo, por unanimidad, el primer Secretario general de la UNASUR, para un mandato de dos años, proporcionando a la UNASUR un liderazgo político definido en el escenario internacional.

La integración suramericana posibilitará la creación de un sólido mercado regional, que destacará a las economías del área, como también reforzará el interés de otros cooperadores, como la Unión Europea y Asia Oriental. Además, una unión de este tipo hace frente a una integración tipo ALCA, cuyas





sus actividades, el Consejo estudiará medidas para reforzar el Comercio regional en monedas locales, sin la utilización del dólar, grupos técnicos de países van a trabajar en el desarrollo y fortalecimiento de Bancos de Desarrollo, como la Corporación Andina de Fomento (CAF) y el Banco del Sur, a ser creado, además de revisar el Fondo Latino Americano de Reservas (FLAR), visando su ampliación de manera que permita mayor capacidad de intervención a los gobiernos de los países, en casos de ataques especulativos contra las monedas o deudas soberanas.

Consejo de Defensa Sud Americano

La creación de un Consejo de Defensa Suramericano fue propuesta por Brasil y discutida por primera vez en una reunión de cúpula de los presidentes suramericanos en abril de 2008. Cabe al Consejo de Defensa la elaboración de políticas de defensa conjunta, promoción del intercambio de personal entre las Fuerzas Armadas de cada país, realización de ejercicios militares conjuntos, participación en operaciones de paz de las Naciones Unidas, promover cambios de análisis sobre el escenario mundial de defensa y la integración de bases industriales de material bélico.

Centro de Estudios Estratégicos de Defensa del Consejo de Defensa Suramericano (CEED-CDS)

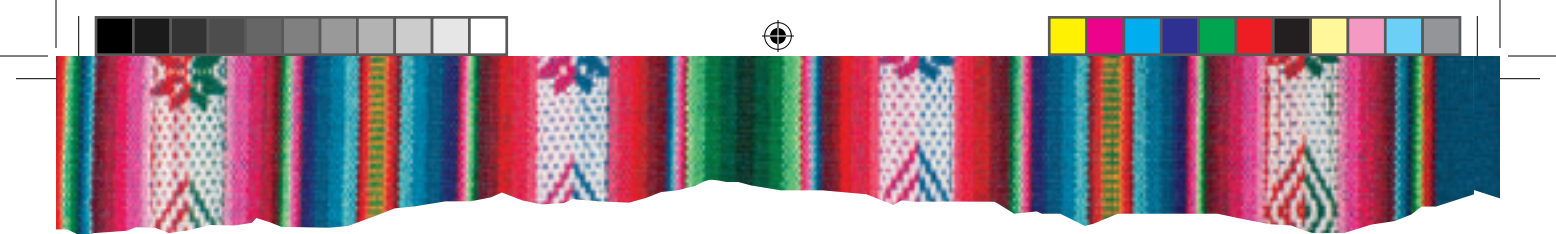
Instancia de producción de estudios estratégicos para asesoría del Consejo de Defensa Suramericano, generando conocimiento y difundiendo un pensamiento estratégico Suramericano en materia de defensa y seguridad regional e internacional.

Consejo de Salud Suramericano

El Consejo de Salud Suramericano es un órgano de la Unión de las Naciones Suramericanas (UNASUR) creado y aprobado el día 16 de Diciembre de 2008, que reúne ministros del área de salud de los estados miembros para elaborar programas regionales en el área de salud pública a ser financiados conjuntamente por el bloque suramericano, para coordinar la política energética de la UNASUR.

Instituto Suramericano de Gobierno en la Salud

El Instituto Suramericano de Gobierno en Salud (ISAGS) de la Unión de las Naciones Sud Americanas (UNASUR) es una entidad inter gubernamental de carácter público cuyo principal objetivo es promocionar el intercambio, la reflexión crítica, la



gestión del conocimiento y la generación de innovaciones en el campo de la política y gobernanza en salud.

Mercado Común

Una de las iniciativas de la UNASUR es la creación de un mercado común, comenzando con la eliminación de tarifas para productos considerados no sensibles hasta 2014 y para productos sensibles hasta 2019.

Cooperación de infraestructura

Existe hoy, en curso la iniciativa para la Integración de Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA), con inversiones estimadas en US\$ 38 mil millones, provenientes del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) de la Corporación Andina de Fomento (CAF), del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) y del FonPlata.

Los planes iniciales de integración a través de la cooperación en infraestructura de la UNASUR fueron posibles con la construcción del Corredor Bioceánico, una carretera que pretende unir más firmemente a los países de la costa del Pacífico, especialmente Chile y Perú, con Brasil y Argentina, extendiendo rutas a través del continente, permitiendo mejores conexiones de los puertos a Bolivia y partes

más internas de Argentina, Perú y Brasil. El primer corredor, entre Perú y Brasil comenzó a ser construido en septiembre de 2005, 60% financiado por Brasil y 40% por Perú, y se espera que esté concluido hasta fines de 2009.

El Anillo Energético Suramericano deberá interconectar Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay con gas natural de diversas procedencias, como el proyecto Gas de Camisea en Perú y los depósitos de gas de Tarija en Bolivia. A pesar de esta propuesta haber sido firmada y ratificada, dificultades políticas y económicas en Argentina y Bolivia atrasaron esta iniciativa y hasta hoy este acuerdo permanece más como un protocolo que como un proyecto actual, ya que Chile y Brasil están construyendo terminales LNG para importar gas de proveedores externos.

Política monetaria

El Banco Del Sur establecerá la política monetaria y los proyectos de desarrollo de finanzas. Uno de los objetivos de la unión monetaria es el establecimiento de la moneda suramericana única, destacando sin embargo el derecho de cada país de sugerir un nombre para la moneda común.





Compromiso con la democracia

El 26 de noviembre de 2010, fue firmado en la ciudad de Georgetown, República Cooperativa de Guyana, el Protocolo Adicional sobre Compromiso con la Democracia.

El protocolo proviene del mandato establecido en la Declaración de Bue-

nos Aires, del 1° de octubre de 2010, en el cual se afirma que los estados miembros no tolerarán desafío a la autoridad institucional, ni tentativa de golpe al poder civil legítimamente constituido, adoptando medidas concretas e inmediatas en caso de violación del orden constitucional.





ALBA - TCP (ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA - TRATADO DE COMERCIO DE LOS PUEBLOS)



DATOS GENERALES

Fundación: Acuerdo entre Cuba y Venezuela, del 14 de diciembre de 2004; Tratado de Comercio de los Pueblos, del 29 de abril de 2006

Países: Venezuela, Cuba, Bolivia, Nicaragua, Dominica, Ecuador, Antigua y Barbuda, e San Vicente y las Granadinas

Área Total: 2.625.829 km²

Población: 73.453.238 habitantes

Densidad de población: 27,97 hab./km²

Lengua oficial: Español, inglés, quechua, aimara y guaraní

Moneda: Sucre

HISTÓRICO

La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América - Tratado de Comercio de los Pueblos, como llamada inicialmente surgió de la iniciativa del Presidente de Venezuela, Hugo Chávez, inspirado por los ideales bolivarianos (VER CUADRO) que pretenden rescatar la herencia de varios luchadores y pen-

sadores Latino Americanos que soñaron y lucharon por la construcción de una América Latina unida e integrada que formaría la llamada "Patria Grande". Su contexto de creación fue el de la emergencia de varios gobiernos progresistas en la región y de la resistencia por los movimientos sociales al neoliberalismo, y en especial, al proyecto del



Área de Libre Comercio de las Américas
- ALCA, que fue creado por el Gobierno
de Estados Unidos.



SIMÓN BOLÍVAR (1783 -1830) - EL LIBERTADOR

Considerado uno de los más importantes revolucionarios Latino-americanos. Participó activamente del proceso de la independencia de las colonias hispánicas, libertando a la actual Venezuela, Colombia, Ecuador, Perú y Bolivia. Como presidente, desarrolló de manera persistente la idea de integración de todos los territorios del continente latino americano. Sus ideales siempre fueron utilizados en varios contextos históricos, y ahora, sirven como antecedentes ideológicos, para la actual revolución bolivariana liderada por Hugo Chávez en Venezuela.

Por eso, su primera denominación es Alternativa Bolivariana para las Américas y su fundación ocurre en Habana en 2004, como un acuerdo entre Venezuela y Cuba, que enviaría médicos para ayudar en el territorio venezolano, por la colaboración de Venezuela al abastecer Cuba con su petróleo. Poco a poco, sus horizontes se

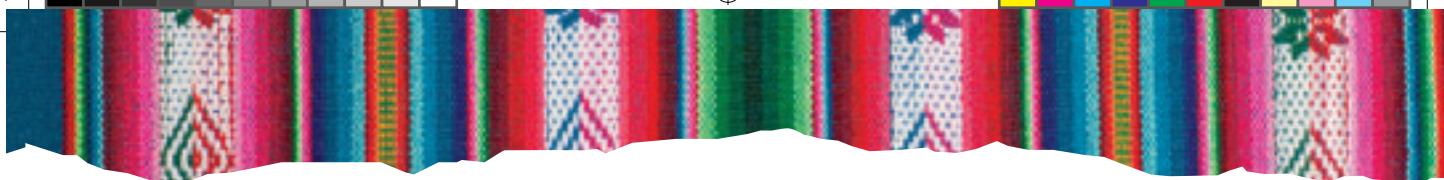
van ampliando y se tiene como objetivo transformarla en una plataforma de cooperación internacional basada en la idea de integración social, política y económica entre los países de América Latina y del Caribe. En 2006, con la adhesión de Bolivia, a partir de la firma del Tratado de Comercio de los Pueblos, al nombre oficial del bloco se le agregó un término resultando en la actual sigla ALBA – TCP.

Fuertemente influenciada por el pensamiento progresista ALBA- TCP representa una intención de integración económica regional que no se basa esencialmente en la liberalización comercial, sino en una visión de bienestar social, intercambio y mutuo auxilio económico. Los países miembros de la ALBA – TCP discuten la introducción de una nueva moneda regional, el SUCRE, y el desarrollo de misiones sociales, proyectos y empresas transnacionales que son herramientas para alcanzar los objetivos de desarrollo económico y social.

OBJETIVOS/DIRECTRICES

- A)** Solidaridad;
- B)** El derecho y respeto a la autodeterminación de los pueblos;
- C)** Aprovechamiento racional de los recursos naturales,





incluyendo el energético en función del bienestar de los pueblos;

- D) Complementariedad económica entre las naciones
- E) El derecho a la preservación de la identidad cultural de los pueblos latino americanos, caribeños, nativos e indígenas;
- F) Atención a las necesidades y aspiraciones de hombres y mujeres.

FUNCIONAMIENTO

Estructura

La estructura de funcionamiento de la ALBA refleja las tres formas básicas y complementares de su construcción: articulación de gobiernos nacionales, integración de gobiernos locales y la articulación popular. Por lo tanto fueron constituidas instancias decisivas permanentes y complementares:

- A) Un consejo de gobiernos formado por presidentes;
- B) Un consejo de ministros de cada país miembro, que se subdivide en: Consejo de Ministerial Político, Consejo Ministerial para los Programas Sociales y el Consejo Ministerial de Complementación Económica.

- C) Un consejo ministerial de mujeres, para garantizar la transversalidad del género en todos los instrumentos de integración.
- D) Un consejo de representantes de movimientos sociales y fuerzas populares existentes en nuestros países y en el continente (en organización);
- E) Y debería haber un consejo de representantes de gobiernos estatales, regionales y locales. O sea, que aunque en un país el gobierno central no haya adherido a ALBA gobiernos estatales o municipales podrían adherir, y formarían parte de ese consejo específico, con el objetivo de fortalecer la integración de los pueblos en el continente;

MECANISMOS

Proyecto y empresa transnacional:

Los conceptos de proyectos y empresas transnacionales provienen de los objetivos propios de la ALBA-TCP, se materializan y dan vida concreta a los procesos sociales y económicos de la integración y de la unión. Esos proyectos transnacionales abarcan





ÁREAS	PROYECTOS TRANSNACIONALES
Finanzas	Banco de ALBA
Educación	Alfabetización y pós alfabetización
Infraestructura	Desarrollo de la infraestructura portuaria, ferroviaria y aeroportuaria
Ciencia y tecnología	Centro de ciencia y tecnología
Alimentación	Empresa de productos agro alimentares y empresa de alimentos
Energía	Empresa de energía eléctrica, petróleo y gás
Ambiente	Empresa para el manejo de bosques, producción y comercialización de productos de industria maderera
	Água y saneamiento
Salud	Empresa de distribución y comercialización de productos farmacéuticos
	Centro regulatório de registro sanitario
Minerales	Empresa de cemento
Comercio Justo	Empresa importadora exportadora
	Mercados de la ALBA
Turismo	Universidade de turismo
Industria	Turismo social
	Complejos productivos
Cultura	Fondo cultural da ALBA
Telecomunicaciones	Empresa de Telecomunicaciones

desde la esfera política, social, cultural, económica, científica e industrial hasta cualquier otro ámbito que pueda ser incorporado en la dialéctica transnacional. Ahora, no todo proyecto transnacional debe convertirse en una empresa transnacional. Pero toda empresa transnacional es producto de un proyecto transnacional, por lo cual deberá guiar su desarrollo.

MONEDA

El SUCRE es el primer paso para hacer la moneda común de los países de la ALBA, para liberarnos del yugo del dólar. Debido a la complejidad de la tarea, la ALBA comenzó a partir de la construcción de una Zona Monetaria que incluía inicialmente los países miembros de ALBA (la Mancomunidad de Dominicana participaría en la cualidad de observadora) mediante el establecimiento de la Unidad de Cuenta



Común SUCRE (Sistema Unitario de Compensación Regional) y de una Cámara de Compensación de Pago.

ACCIONES/EJES

- A)** Democratización financiera (Sucre, Banco Del Sul, Bandes);
- B)** Soberanía Alimentaria (Escuela Latino Americana de Agroecología – IALA);
- C)** Democratización de las Telecomunicaciones, de las comunicaciones de masa y de la Informática (TELESUR, Radio Sur, Agencias Populares, Agencia ALBA, Editorial ALBA);
- D)** Plan educativo y cultural (Escuela Latino Americana de Medicina – ELAM, Programa de Alfabetización “Yo sí puedo”);
- E)** Plan de derecho a la vida y vivienda digna (ALBAMED, “Operación Milagro”);
- F)** Plan de integración energética (PetroCaribe y otros);
- G)** Plan de protección al medio ambiente;
- H)** Plan de integración cultural;
- I)** Misiones sociales y de solidaridad;
- J)** Plan de cooperación social con el pueblo de Haití.
- K)** La CELAC es heredera de la CALC, la Cúpula de América Latina y Caribe sobre Integración y Desarrollo, y del Grupo de Río – Mecanismo Permanente de
- L)** Consulta y Conciliación Política, establecido en Río de Janeiro en 1986 – que
- M)** da una base política para el nuevo organismo. La convergencia de la CALC y del Grupo de Río ocurrirá de forma gradual. Ambos mecanismos mantendrán sus agendas y métodos de trabajo paralelos hasta la conclusión del proceso de construcción de la CELAC.



CELAC (COMUNIDAD DE ESTADOS LATINOAMERICANOS Y CARIBEÑOS)



DATOS GENERALES

Fundación: 23 de febrero de 2010 en sesión de la Cumbre de la Unidad de América Latina y el Caribe, en México

Países: Antigua y Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belice, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Ecuador, Granada, Guatemala, Guyana, Haití, Honduras, Jamaica, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Santa Lucía, San

Cristóbal y Nieves, San Vicente y las Granadinas, Suriname, Trinidad y Tobago, Uruguay, Venezuela

Área Total: 21.069.501 km²

Población: 569 millones de habitantes

Lengua oficial: Español, portugués, inglés y francés

HISTÓRICO

La Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños – CELAC, fue creada el 23 de febrero de 2010, en sesión de la Cúpula de la Unidad de América Latina y Caribe, realizada en la Riviera Maya (México). El objetivo del nuevo organismo es proyectar globalmente la región, en

temas como el respeto al derecho internacional, la igualdad entre los Estados, el respeto a los derechos humanos y la cooperación. Además de esto, el acuerdo entre los líderes que la crearon es que la comunidad deberá trabajar sobre la base de la solidaridad, la inclusión social y la complementariedad.





GRUPO DE RIO

Concebido como instrumento de articulación política de alto nivel, el Grupo de Rio actuó tradicionalmente en la consolidación de la democracia, teniendo como premisa el exitoso trabajo diplomático de los Grupos de Contadora y de Apoyo en favor de la paz en América Central. Su intersección con la CALC es natural, ya que, por ser un foro de discusión política, el Grupo de Rio siempre prescindió de actuación más profunda en el área económica y de formas institucionalizadas de cooperación. Los fundadores del Grupo de Rio resolvieron delimitar su alcance de actuación a reuniones de carácter informal, destinadas a servir como espacio exclusivamente político, apropiado para consultas, cambios de informaciones y eventuales iniciativas conjuntas, decididas siempre de común acuerdo. A lo largo de más de dos décadas, fueron realizadas veinte Cúpulas, veinte y nueve reuniones ministeriales ordinarias y tres extraordinarias. Su temática fue abierta, tratando, en general, de temas importantes para la región. En sus más recientes reuniones, el Grupo de Rio abordó cuestiones como la promoción de los derechos humanos y el impacto de las migraciones.

88

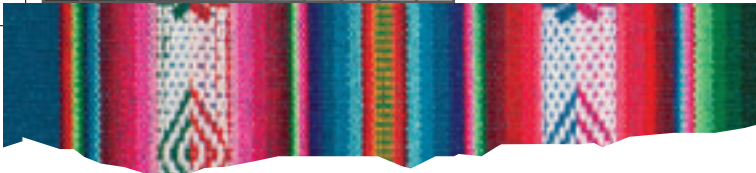


El Grupo de Rio se fortaleció gradualmente como espacio presidencial privilegiado y como un mecanismo regional representativo de América Latina y de Caribe con relación a otros países y blocos.

A despecho de las limitaciones de la OEA, Organización de los Estados Americanos, en lo que se refiere a la resolución de disputas regionales, hay divergencias entre los liderazgos presentes a respecto del potencial de la nueva comunidad en substituir a la OEA. Para Brasil, la CELAC deberá contribuir para la ampliación tanto en el diálogo político, como en los proyectos de cooperación en América Latina y el Caribe. El nuevo mecanismo también facilitará la conciliación de una identidad propia regional y de posiciones latinoamericanas y caribeñas comunes sobre integración y desarrollo. Su primera reunión de cúpula sucedió en Caracas, capital de Venezuela, entre los días 1 y 4 de diciembre de 2011.

ESTRUCTURA

- A) Cúpula de los Jefes de Estado y de Gobierno;
- B) Reunión de los Ministros de Relaciones Exteriores;

- 
- 
- 
- 
- C) Presidencia Pro Tempore;
 - D) Reunión de Coordinadores Nacionales;
 - E) Reuniones especializadas;
 - F) Troica.
 - G) Mecanismo de Consulta Urgente y Vinculación con otras regiones

EJES DEL PLAN DE ACCIÓN

- H) Crisis Financiera Internacional y la Nueva Arquitectura Financiera;
 - I) Complementariedad y cooperación entre los Mecanismos Regionales y Sub Regionales de Integración;
 - 1-Económico comercial;
 - 2-Productivo;
 - 3-Social;
 - 4-Cultural
 - 5-Energía;
 - J) Infraestructura para la Integración Física de Transporte, las Telecomunicaciones y la Integración Fronteriza;
 - K) Desarrollo Social y Erradicación del hambre y la Pobreza;
 - L) Medio Ambiente;
 - M) Asistencia Humanitaria;
 - N) Protección al Migrante;
 - O) Cultura;
 - P) Tecnología de la Información y de la Comunicación
- 





OTROS ORGANISMOS

COMUNIDAD ANDINA DE NACIONES (CAN)

La Comunidad Andina de Naciones (CAN) es un bloco económico suramericano formado por Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú. Chile dejó el bloco en 1977 y Venezuela en 2006. El bloco fue llamado Pacto Andino hasta 1996 y surgió en 1969 con el *Acuerdo de Cartagena*. La ciudad matriz de la secretaría es Lima en Perú.

Los objetivos primordiales de la Comunidad Andina son: Realizar la Integración comercial, económica y política entre los países componentes del bloco; Facilitar su participación en el proceso de Integración regional, visando la formación progresiva de un Mercado Común Latino Americano; Promover el desarrollo equilibrado y armonioso de los países miembros por medio de la integración y de la cooperación económica y social; Proporcionar más puestos de trabajo; Disminuir las diferencias de desarrollo entre los países integrantes de la Comunidad Andina; Promover la mejoría de calidad de vida de la población; y mejorar la posición de los países del bloco en el contexto económico global.

La comunidad andina posee 120

millones de habitantes, en un área de 4.700.00 kilómetros cuadrados, con un producto interno bruto nominal de 280 mil millones de dólares. Desde 2003, los ciudadanos de los cinco países de la Comunidad Andina pueden ingresar sin visa a cualquier país miembro, en condición de turistas.

El 8 de diciembre de 2004, los países miembros de la Comunidad Andina firmaron la Declaración de Cuzco, que lanzó las bases de la Unión de Las Naciones Suramericanas, entidad que unirá la Comunidad Andina al MERCOSUR, en una zona de libre comercio continental.



ARCO DEL PACÍFICO

La iniciativa del ARCO DEL PACÍFICO LATINOAMERICANO fue promovida por Colombia en 2006 y respaldada posteriormente por Chile, México y Perú. Actualmente son miembros del mecanismo: Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá y Perú. Se estableció como un foro de armonización y coordinación regional.





El objetivo principal del FORO ARCO DEL PACÍFICO es constituirse como un espacio de diálogo político, conciliación y convergencia en temas económico-comerciales y de cooperación entre los países miembros, como también ser un instrumento de vinculación de la región con Asia y el Pacífico. Entre sus pautas de diálogo y decisión están las Reuniones Ministeriales, las Reuniones de Altos Funcionarios, la Secretaría Pro-témpore, y los 5 Grupos de Trabajo establecidos: Convergencia Comercial (coordinado por Chile), Infraestructura y Logística (coordinado por Panamá), Promoción y Protección de Inversiones (coordinado por Colombia), Cooperación Económica y Técnica para la Competencia (coordinado por Perú), y Reflexión (coordinado por México).

COMUNIDAD DEL CARIBE (CARICOM)

La **CARICOM**, antigua **Comunidad y Mercado Común del Caribe** y actual **Comunidad del Caribe**, es un bloco de cooperación económica y política, creado en 1973, formado por 14 países y seis territorios de la región caribeña. El bloco fue formado por ex colonias de potencias europeas que, después

de su independencia, se vieron en la contingencia de aliarse para provisionar limitaciones consecuentes de su nueva condición y acelerar su proceso de desarrollo económico.

La finalidad de este bloco de integración regional es promover el comercio libre, el movimiento libre de trabajo y de capital, coordinar la agricultura, la industria y política extranjera entre sus países miembros. En 1998, Cuba fue admitida como observadora de la CARICOM. Los países de la CARICOM tienen como una de sus principales fuentes de ingresos el turismo, recibiendo cerca de 15 millones de turistas por año. La CARICOM tiene una población de 14,6 millones de habitantes, un PIB de US\$ 28,1 mil millones, exportaciones de aproximadamente US\$ 12,6 mil millones e importaciones alcanzando los US\$ 15,9 mil millones.

GLOSARIO DE TÉRMINOS

Acordo: **cAcuerdo:** Convenio o resolución adoptada para llevar a cabo una acción de interés común entre las partes firmantes.

Cúpula: Reunión de los Presidentes de los Estados Partes. Se realiza al final de cada Presidencia Pro Tempore y da inicio a la siguiente Presidencia Pro Tempore.

Decisión: tipo de documento de carácter obligatorio para los Estados Partes.





Estado Asociado: El status de Estado Asociado se establece por acuerdos bilaterales que limitan la adhesión al bloque.

Estado Parte: país miembro pleno.

Grupo Ad Hoc: grupo de trabajo que trata de temas específicos.

Integración económica: modelo por lo cual los países pretenden se beneficiar mutuamente a través de la eliminación progresiva de barreras al comercio.

Mercado Común: Espacio económico donde está en vigor las cuatro libertades comerciales de circulación: bienes, capitales, personas y servicios.

Protocolo: acuerdo entre los Estados Partes que modifica o amplía un Tratado anterior.

Recomendación: tipo de documento de carácter no vinculante.

Resolución: Tipo de documento obligatorio para los Estados Partes.

Tarifa: impuesto que se aplica a los bienes que son objeto de importación, exportación o tránsito.

Tratado: tipo de acuerdo que debe ser aprobado por los parlamentares nacionales.

Unión aduanera: se caracteriza por la adopción de una Tarifa Externa Común (TEC) y de una política comercial común también con relación al resto del mundo. Una Unión Aduanera implica una Zona de Libre Comercio.

Unión Económica: Adopción de políticas

comunes, coordinación de políticas en grado y extensión requeridos por el proceso de integración y armonización de las legislaciones. Comprende una unión aduanera y un mercado común.

Zona de Libre Comercio: bloco comercial que elimina las tarifas y las restricciones no tarifarias al comercio recíproco de todos o la gran mayoría de los productos originarios de los países miembros.

FUENTES

www.mercosur.int

www.unasursg.org

www.alianzabolivariana.org

www.celac.gov.ve

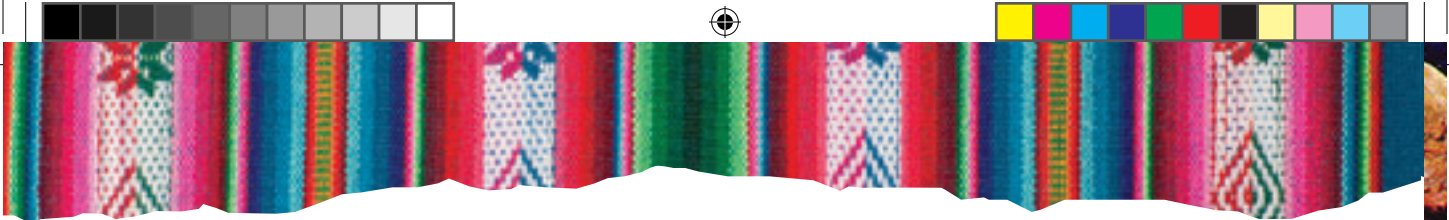
www.wikipedia.org

www.itamaraty.gov.br

Cartilha Cidadão do Mercosul

Cartilha da AIBA





CES



El Centro de Estudios Sindicales, hoy Centro Nacional de Estudios Sindicales y del Trabajo fue creado en 1985. Desde su fundación acompaña de cerca la evolución de la lucha de los trabajadores y trabajadoras, los movimientos sociales y la política en Brasil.

Para el CES, la clase trabajadora tiene un papel fundamental en la lucha transformadora de la sociedad, lo cual exige una formación teórica del mundo del trabajo que camina y se desarrolla juntamente con la práctica cotidiana y el activismo sindical.

O sea, la práctica debe ser iluminada por la teoría, y esta se fortalece en la medida que la práctica avanza.

El CES comprende la importancia de un sindicalismo cada vez más fuerte y de lucha social y por ello es necesario un proceso de formación vivo y continuo. Por medio de su Escuela Nacional, se realizan cursos nacionales y locales, de formación político sindical, gestión sindical, for-

mación de educadores y de liderazgos. Se realiza también la asesoría de planificación estratégica para entidades sindicales, conferencias, oficinas, seminarios e investigaciones. Actúa también en el área sindical internacional, contribuyendo en el entendimiento de integración latino americana y en la construcción del ESNA “Encuentro Sindical Nuestra América” en lo que se refiere a formación e investigaciones.

La entidad busca de esta forma contribuir decisivamente para la formación sindical y política de los gremialistas, militantes y de los trabajadores y trabajadoras en general. Durante los últimos 5 años pasaron por nuestras actividades educativas más de 9.000 sindicalistas.

Sin un proceso continuo de formación profesional el sindicalismo difícilmente conseguirá enfrentar los enormes desafíos impuestos por la coyuntura actual del mundo y de nuestros países de América Latina.







 /cesforma

 /cesforma

 ces@cesforma.org.br

 www.cesforma.org.br